

# S B A

REVISTA DE CULTURA

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

EDIÇÃO Nº4 · SEMESTRAL · MAIO 2022



# S B A

REVISTA DE CULTURA

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

EDIÇÃO Nº4 · SEMESTRAL · MAIO 2022

07

ENTREVISTA A BERNARDO DE PASSOS

*Varela Pires*

14

A NOSSA ALDEIA EM DESTAQUE

*José Manuel Antonino Belchior*

19

O PORCO QUE  
ENVERGONHOU O MEU AVÔ

*Victor Barros*

22

DE ORIENTE A OCIDENTE:  
O ANO DO TIGRE EM SÃO BRÁS DE ALPORTEL

*Dora Nunes Gago*

24

O MEU OUTRO LADO

*César Correia*

29

SÃO BRÁS DE ALPORTEL E O  
ALGARVE NA IDADE MODERNA

*José do Carmo Correia Martins*

35

MONÓLOGO PELO MESTRE

*Carla Geraldês Mateus*

43

PRIMEIRA TRAVESSIA  
AÉREA DO ATLÂNTICO SUL

*Martins Guerreiro*

50

COMUNICAÇÕES NAVAIS  
ANTES DO ADVENTO DA TSF

*José Martins Lourenço*

54

ENCURTANDO DISTÂNCIAS:  
A CASA DA RODA DE FARO NO SÃO BRÁS  
DE ALPORTEL OITOCENTISTA

*Andreia Fidalgo*

## EDITORIAL

Entusiasmados, como estamos, com as comemorações do centenário da travessia aérea do Atlântico Sul e com o facto de Gago Coutinho, queira-se ou não, ter 'raízes' são-brasenses, não podemos deixar de começar por aí este relançar d'olhos pelo conteúdo deste nº 4.

Já no nº 3 houvera antevisão da efeméride; agora, porém, acerta-se em cheio! E não será de somenos – que os nossos colaboradores nos perdoem! – começarmos pelo recorte do jornal *O Algarve*, datado de 1922, com a bem saborosa entrevista ao pai de Gago Coutinho:

– Tem então absoluta certeza: Gago Coutinho nasceu em Belém?

– Certeza absoluta. A não ser, é claro, que meu filho se lembre do seu nascimento melhor do que eu...

Bom remate, pois, e aliciante para se ler o mui sugestivo resumo do completo relatório elaborado pelos próprios aviadores a que o Almirante Martins Guerreiro teve acesso no Arquivo da Marinha.

Ainda nesse âmbito, Martins Lourenço foca o papel desempenhado por Gago Coutinho no incremento das comunicações aéreas.

Correia Martins lança-nos pelo caminho da história são-brasense na Idade Moderna, o Algarve e a conjuntura internacional política e económica dos séculos XVI e XVII, não se coibindo de afirmar que «o século XVII foi o século de ouro do Algarve»: os forais novos outorgados aos núcleos urbanos, a importância de Tavira, Faro e Lagos, numa altura em que as *Terras de Alportel* e as *Almargens* começam a aparecer nos mapas para designar essa zona do Barrocal.

E se Dora Gago – um pé em Macau, outro em S. Brás – nos fala dos anos chineses, é pela pena de outros colaboradores que a São Brás de antanho vem ao de cima.

Aliás, também Andreia Fidalgo nos fixa na História, contando-nos de muito que pesquisou sobre os expostos, as crianças que os pais abandonavam nas casas da roda, por não as poderem criar. Embora não houvesse na S. Brás do século XIX uma casa dessas, a documentação estudada mostra o papel não despidendo que as famílias são-brasenses desempenharam no acolhimento desses 'enjeitados'.

Mui sugestivo é, sem dúvida, o texto de Carla Mateus, professora

bibliotecária do Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas, pela forma escolhida para evocar vivências duma barbearia e dos seus clientes. Fala o morto metido no caixão, durante o velório (imagina-se!). Não se apresenta mórbida a cena, o defunto passeia-se pelas suas recordações (diz-se, aliás, que, no momento da morte, a vida da pessoa se lhe mostra toda como em livro aberto...) e, descrente, até vocifera contra quem teimou em lhe acender velas. Depois de ler, J. Belchior não hesitou em comentar:

«A aproximação das Escolas à iniciativa cultural privada mexe com a comunidade. Através da disciplina de Português e, concretamente, da participação da Prof.<sup>a</sup> Carla Mateus na SBA-RC, será um início auspicioso e estimulante para os nossos estudantes e professores. Tem para mim um grande alcance! É um princípio de mudança! Não só os nossos museus e a galeria municipal requerem visitas guiadas; também a nossa revista, os jornais, o facebook, etc., relacionados com São Brás requerem leitura atenta.

Acarinho especialmente o artigo da Prof.<sup>a</sup> Carla porque, além da sua qualidade, será embrião do que pode mudar. Nunca esquecerei, para mim, a “máxima” do professor de História

do meu 3.º ano (1967): *A disciplina de História* começa na leitura dos jornais diários. Com 12 anos de idade, marcou toda a minha vida esta postura do professor que lecionou, quanto muito, dois meses no então Externato de S. Brás».

E é o próprio José Manuel Antonino Belchior que faz jus ao seu mester de clínico para nos traçar mui sugestivo panorama da «aldeia» que era S. Brás nos primórdios do século XX: os cuidados de saúde, os médicos, com realce essencial para o Dr. Vitorino Passos Pinto que mandava aviar medicamentos para os doentes pobres e cujas dívidas as cinco farmácias decidiram perdoar após a sua morte!...

Boas recordações são igualmente as de César Correia: armar aos pássaros, a vindima em França e, a dado momento, a recomendação, após a radioscopia que lhe identificara lesão pulmonar grave: «Repouso absoluto e nem ir ver as galinhas!».

Já no nº 3 se falara de Bernardo de Passos. Varela Pires «entrevista-o» agora, em assaz eloquente evocação da obra do nosso poeta.

Deixámos para o fim a história do porco do avô (salvo seja!...) contada pelo Vítor Barros. Que história!...

**Os responsáveis pela edição**

# ENTREVISTA A BERNARDO DE PASSOS



(Entrevista ficcionada ao saudoso poeta Bernardo de Passos, essencialmente baseada na sua obra poética e no conhecimento transmitido por via oral, e arquivado na memória do povo, com destaque para os amigos que o conheceram de perto)

*“Tardes da minh'aldeia, ó tardes d'oiro e rosa,  
Com sinos a tanger, de manso, Avé-Marias...  
Eu oiço ainda em vós as mortas harmonias  
Da minha linda infância, alegre e ruidosa...”*

Por várias vezes agendada com o poeta esta entrevista, a tantas outras ocasiões Bernardo de Passos se foi esquivando, na sua humildade, evitando elogios e distinções que, embora merecidas, ele não as considerava como tal. Falar do amor à sua terra natal, São Brás de Alportel, dissertar sobre a sua obra poética, e difundir suas ideias republicanas, foram talvez as mais fortes razões para ele aceitar o nosso convite para ser entrevistado.

Bondoso, modesto, modestíssimo, dotado de uma emoção fácil, com um certo pejo em falar da sua própria poesia, o poeta era um homem afável, sereno e muito condoído dos mais necessitados. Na sua vida, quem a presenciou de perto, notava que a sua invisibilidade era a sua própria visibilidade, a maior visibilidade.

Viver, ele próprio, os seus ideais políticos e sociais, as suas inquietações, a sua inconformidade, quase sempre em silêncio, e o apelo fecundo dos que precisavam de si, foi súpula de um programa de vida. Por vezes, achando-se algo taciturno, melancólico, optava por reproduzir histórias antigas com finais imprevistos, e algumas anedotas (como a do Zé Pote e outras...). Aí, então, é que era ouvi-lo gargalhar, observando na assistência o efeito feliz das suas memórias.



Fugia a qualquer homenagem, a qualquer manifestação que pretendesse glorificá-lo ou endeusá-lo. Já quase totalmente cego, em anasarca metabólica provocada pela diabetes permanentemente descompensada, recolhido por fim no seu próprio leito, tateando na mesa de cabeceira a sebenta onde anotava os seus poemas, pedia o favor de alguém os ler ou registar o que ele próprio ia ditando.

Nasceu no seio de uma família muito considerada e viveu simples, viveu em absoluta simplicidade e morreu quase ignorado, acolhido pelo afeto de indefetíveis amigos, no âmago de uma hora suprema e singular!

Bernardo de Passos viveu 53 anos (N. 29-10-1976 em São Brás de Alportel, e F. 2-06-1930, em Faro). Quando é proclamada a República, em 1910, tinha 34 anos de idade e encontrava-se em plena pujança da vida. Nos 19 anos seguintes (até ao fim dos seus dias) consome a sua vida ao serviço do novo Regime Republicano, sem pretender qualquer remuneração, numa doação integral, pois a Monarquia tinha deixado os cofres vazios e o país exausto, resultante de gastos desalmados e injustificáveis e dos sucessivos esbanjamentos luxuosos da Família Real e, sobretudo, da má administração dos Partidos Políticos de então, que se alternavam no poder, ora o Regenerador ora o Progressista.

Sonhava nos inícios do novo Regime a vida acessível a todos, qualquer fosse a classe, fossem mendigos, pobres, remediados ou até abastados. Queria uma República para todos, em igualdade, bem como o acesso dos jovens ao ensino obrigatório e gratuito, à formação escolar e profissional, ao trabalho a que tinham direito.

Um generoso amigo de Bernardo, o António Santos, que com ele tinha fundado o jornal *Correio do Sul*, dizia, no longínquo inverno de 1930, ano da morte do “nosso Bernardo”, a uma das mesas do Café Aliança, em Faro, num tom de voz pausado e triste...:

– Têm estado uns dias tão frios, frios e tão gelados desde a data da sua partida!... Nem sei que mais possa dizer-vos dele!... O Bernardo ficou-nos a fazer muita falta!...

Em nada nos admira esta confiança de António Santos, pois o convívio de ambos, a bondade, a dedicação, e a amizade do próprio Bernardo aquecia os corações dos que com ele conviviam naquele perfeito infinito, em que se envolviam. E o pensamento, o afeto, o sonho, a disponibilidade.... Tudo junto. Depois, ah!, depois aquela imensidão do olhar do poeta, quando envolvia num gesto de ternura os amigos e os mais necessitados, fixando em simultâneo todo o ambiente em redor. Pois bem... Bernardo não preferiu o campo nem os lugares solitários para a nossa entrevista. Escolheu uma das mesas do Clube, a da sua habitual preferência, para o nosso encontro, para a nossa conversa. Mesa que o esperava sempre. E todos o sabiam e a reservavam. Houve ocasiões, em que a sua presença reunira ali numeroso grupo de admiradores, o que, de certo modo, constrangia a timidez do poeta, avesso a louvaminheiros.

De início, o pensamento antimonárquico, a situação política nacional, o quanto também se sacrificara para que a Revolução do 5 de Outubro de 1910 pudesse pôr fim a oito séculos de reis e reinados que tinham deixado chegar Portugal à situação dramática em que se encontrava, quando ele, Bernardo, nascera no último quartel do século XIX.

*(Nota: Daqui em diante, SBA passa a ser SBA – Revista de Cultura, e BP é Bernardo de Passos, por economia de espaço).*

SBA – Em nome da SBA – *Revista de Cultura*, agradeço-lhe, desde já, a sua presença, a resposta ao meu convite. Bernardo, “voltei”! ... A São Brás de Alportel! À nossa aldeia, à Vila, hoje Sede de Concelho pelo qual tanto lutou e se sacrificou outrora... Voltei às nossas gentes.



BP – Tinha, pois, saudade do meu “Adeus”?!... Ah!... Em poesia, tudo se compõe, se dilata, qual novo sentido da vida plural, dolorosa e nossa.

SBA – Estar consigo é um prazer, porque, em si, quer a sua própria cultura pessoal, o discurso poético, as palavras mais sentidas, a divulgação do pensamento, tudo, tudo é poesia.

Baixou o olhar, num demorado e silencioso gesto de agradecimento. E apertou as mãos sucessivas vezes, entreabrindo os dedos. Ficara perturbado. Para ele, a verdade em si mesma excedia-se!

SBA – A sua poesia trouxe-me à sua presença. Leio, então. “Ardem por esse chão, as tristes folhas mortas / Batidas pela chuva...” – Bernardo! O filtro da vida, a angústia sustida... E pergunto-lhe abertamente: que é para si a morte?... A morte incontornável, afastamento, ocaso suspenso, qual viagem inevitável para o desconhecido!...

BP – Ah!... A finitude humana! Ah!... É a “cavalgada eterna a galopar sem norte, / fantasmas caminhando a um luar de morte / e enchendo de pavor a noite imensa!”

SBA – Estamos em São Brás de Alportel... Como se sente aqui?

BP – “Amo a minha terra, amo a minha gente... O meu perfume é o Amor, a Esperança, e a Saudade...” (...) “Nessa árvore tão alta e gloriosa, eu sou / a raiz que rasteja, obscura sob o pó...” Tudo aqui é a minha *imago*, a presença outrora da minha infância, a secreta juventude que soltou a minha alma...

SBA – Ser poeta! Que mistério é esse, Bernardo?

BP – Poeta, para mim, é saber converter a morte na vida, em toda a ressonância, a esparsa lei do início e do fim. De toda a caminhada, surge o pronunciável, o borbulhar desde o fundo de nós mesmos, envolto numa espécie de aura mítica. Entoações a evocar flutuantes cenas, o passado, a linha que ecoa através da comunicação intersticial.

E puxou a ponta branca do lenço da algibeira para enxugar duas ou três lágrimas rebeldes, assomadas aos cantos dos olhos.

SBA – Dizem que é capaz de trabalhar num poema um dia ou mesmo semanas a fio... Noutras ocasiões, a poesia sai-lhe célere, quase sem precisar de correção, e verifica-o quando torna à sua leitura.... Isto é exato?

BP – Sou capaz de trabalhar no aperfeiçoamento de um poema vários dias. Até olhá-lo não digo perfeito, todavia a meu gosto! O poeta ou qualquer artista é por natureza um ser intranquilo, em busca do real, da veracidade do seu pensamento, da melodia silábica de cada verso. A poesia como que dança dentro de nós!... Na procura da conceção que a memória e o pensamento lhe desejam dar.

SBA – Eis um raro exemplo de Arte. Ainda hoje, Bernardo, a sua obra poética, a cada verso, a cada palavra se inscreve no fluir das virtualidades melódicas como contidas num acorde ímpar, afável, inscritas numa voz serena, sem gritos, sem sonoridades exageradas, verdadeira expressão de doçura e compaixão.

BP – Não vejo tanto assim; porém, o meu amigo o diz. A poesia nasce sobretudo do sentir daquele que a constrói e escreve. Continuo a escrever para mim, a escrevinhá-la numa sebenta, embora por vezes a dê a ler aos amigos mais interessados. E peço-lhes a opinião.

SBA – A sua poesia enche-nos de saudade, saudades da infância, mesmo aqui em São Brás, saudades da juventude, de todos os anseios, do amor, do entardecer finito, do dobre dos sinos da torre da Matriz, das Ave-marias, como quem diz, do princípio ao fim da vida... Tudo temas que lhe são queridos. “Minha aldeia, voltei!...” – Que encanto!

BP – Agora, sim!... Diz bem... “Vem amar! Vem viver! Depressa...” – A vida é breve, resta-nos o sonho, resta-nos sonhar... “A vida dura um ai e é como uma espuma leve / que sobre a onda,



inquieta, um momento brilhou! / Vem amar!  
Vem sentir dois corações num só! / Vem ouvir  
este mel de infinita doçura / que há no coração  
de quem sofre e procura / a doce paz do sonho e  
a embriaguez do amor!"

SBA – Bernardo! Embora tenha predominado na sua vida uma posição anticlerical, sente-se na sua poesia o Homem intimamente religioso, embora assistente, mas não praticante. Estou a pensar, a título de exemplo, no seu poema “O Sermão da Montanha”, em que apela várias vezes a Jesus, admirando-O, cremos nós!

BP – Ah!... “O Sermão da Montanha”... Jesus refere-se com doçura, amor e paixão à gente humilde que o seguia, exaltando os pobres, os humildes, os que esperam infinitamente o perdão... Quem pode ficar indiferente?... Quem?!... Diga-me!

SBA – Leia-nos, por favor!... Dito pela sua voz pausada, tem um outro encanto!...

BP – “Ele é Jesus – nesta hora toda em flor... / – Vede o sol e vereis Jesus presente! / E fez-se em volta d’Ele um resplendor, / – essa auréola infinita do Poente... / E Jesus fala! E tudo o escuta, – as aves, o bosque, a rocha, o astro, a imensidade... / E a sua voz é essa luz suave / com que o sol doira a tarde de Saudade... “(...) “E pelo monte acima, as oliveiras / são os discípulos rodeando o Mestre... / Segue-se a multidão, – as farrobeiras, o figueiral, o freixo, o azinho agreste... / E as árvores vão sonhando um Céu de Amor, / umas sem folhas, outras a sorrir... / – estas são pescadores de alma em flor / aquelas, nus mendigos a sorrir... “ (...) “E Jesus vai pregando! E todo o pranto / a luz do seu amor vem enxugar! / “ (...) “ – a voz do bom Rabi, toda perdão – / a cada sofrimento, um céu de esperança; e um céu de Glória, a cada escravidão!”

SBA – Não aprecia que lho digam, mas o seu dizer é um encanto! Oh!... Ouvi-lo, Bernardo, através dessa poesia toda ela sentimento e fé, a curiosidade e a fé que arrastavam as multidões

em torno de Jesus!... E desta forma leva-nos a imaginação mística até aos menores interstícios do poema, universalizando o princípio do símbolo, da metamorfose... E a luz, a coberto do espanto, sobressaindo da metáfora, de toda a plenitude.... Tracejando o seu próprio movimento originário, das manhãs sem memória, para as tardes doiradas de lembranças!

BP – Caro amigo, toda a poesia tem um princípio e uma formação. Pertence ao mundo da virtualidade que é colocado em disjunção com um outro mundo, esse real, por sua vez condicionado por outro verbo capaz de criar outros mundos subtis. Mundos que desejamos nossos.

SBA – A “mulher”, em especial as mulheres feias, as que se sentem sempre tristes, foi outro dos seus temas preferidos, lamentando não serem amadas como desejariam...

BP – Sim!... Oh, a mulher!... “Visão crepuscular, visão piedosa, / Incoercível visão do meu amor! / Minha pomba do céu erma e saudosa, / Erguendo ingenuamente o voo em flor! (...) Que em mim poises os teus olhos serenos, / E o teu primeiro beijo venha ao menos / Ser-me na vida o beijo derradeiro...” (...) “É feia e pobrezinha essa mulher / que com voz d’oiro canta ao sol poente... (...) Amor inconfessado e sem final? // No canto mostra bem a sua dor... / Ai, quantos, só amando em ideal / Não morrem com o segredo d’esse amor!” (...) “E amo a triste (e sinto-a quase minha, / Num anseio da alma libertada!) / Por ela não ser linda, coitadinha! / Por ela amar e, ai!, não ser amada!” (...) “Mas, como já a pobre feia é linda, / Vista através do meu piedoso amor... / Nela, a doçura, a fealdade alinda! / Dá-lhe luar, alma, e a própria dor!”

SBA – E, ainda, o seu amor e compaixão pelas “mulheres perdidas”? Quer lembrá-lo?

BP – Com muito amor, lembro-as na minha poesia “Cantigas para as Mulheres Perdidas” ... As que prestam serviços nos lupanares... “Pobre

mulher das velas, / Ó triste folha do chão, / Pode, como a flor dos pântanos, / Ser puro o teu coração...” (...) “Dois beijos puros, só dois, / A mulher perdida tem: / o da cova, e, antes d’esse, / o da mãe... se teve mãe!”

Lágrimas assomam nos olhos do poeta. E ele, lançando disfarçadamente o olhar dolente para o longe, por entre a luz vinda das janelas, aquele olhar mortiço, tateado, como que errático (enfraquecido tristemente pela cegueira que o atingira gravemente, consequência da Diabetes Mellitus de que sofria havia alguns anos)... Desse modo nos olhou novamente com a flacidez malar sumida do seu rosto.

SBA – Bernardo, já que se falou tanto de ser amado e de amar, diga-me: o que é para si o verdadeiro Amor?

Olhava-nos, sereno e grave, todo iluminado aquele rosto seu, como que ameaçado por uma ligeira sombra de comoção reprimida a custo ...

BP – Oh, o verdadeiro amor!... Difícil é encontrá-lo na surdez do mundo, na clausura da sensibilidade pertinente e oculta... “Amor eterno, amor imaculado / Como a hóstia ao erguer-se no altar... / Amor que seja um astro a despontar / Enchendo a alma de um luar sagrado... / Amor sem fé, amor desinteressado, / Num peito virginal a borbulhar; / Amor santo, que faça ajoelhar / E que viva de todos ignorado... / Amor de si saudoso, e do seu mal / E a tender para o céu, feito oração... / Amor altivo abençoando a dor... / Amor louco, impossível, para o qual / Seja berço e sepulcro, o coração... / Este é o grande, o verdadeiro Amor!”

SBA – Também se dedicou à poesia satírica e humorística, onde a crítica social predominou.

BP – Se, a par da emoção e da melancolia, fui acometido de momentos de grande tristeza, também houve outros em que a busca da expressão poética cómica foi minha preocupação. Não se pode viver sem afetos e igualmente não se pode prescindir do humor,

do sorriso, da gargalhada.

SBA – Para terminar a nossa entrevista, lembra-se, de cor, de algum poema que ajude os nossos leitores a divertirem-se?

BP – Aí vai... Pois!... E este foi publicado no semanário *Correio do Sul*: “Uma pulga graciosa, / que vivia numa alfaia, / buscou, também, numa praia, / passar a quadra calmosa... / Que praia? Está bem de ver, dum corpo humano se trata... / (Pulga que se não cata / faz muito bem o que quer!...). Passa-lhe ao pé Dom Jesus de Valverde, o electricista que dá à luz... que nunca é vista. / Ele era a Praia da... Luz! / Diz a pulga graciosa; / – Não me convém esta praia. / – e ficou silenciosa... / Passa o Pau Preto... Trigueiro, / Cor do nome, enfarruscado, / Ele era – negro e tisonado, a Praia do ... Carvoeiro (!) / Diz a pulga graciosa; / – Não me convém esta praia, / Quero outra que me distraia, / – e ficou silenciosa... / Passa o Bravo, que as borrascas / afronta com destemor, / mas que tem medo do amor... / Ele era o ... Medo das Cascas! / Diz a pulga graciosa: – não me convém esta praia, / Quero outra que me distraia, / – e ficou silenciosa... (...) Seu gosto que praia indica: / Rocha? Albufeira? Armação? / – A Manta Rota? Isso não, / que a pulga é de Manta Rica... / Nisto, surge e passa o Santos, / gordo, fresco, cor de leite... / E a pulga brada: – Encontrei-te, / Ó praia dos meus encantos! / E salta de vento em popa / no seu corpo gordanchudo, / dizendo: “Mas, que veludo! / que polpas! Isto é que é ... roupa!” / E do Santos fez, então, / a praia alegre e formosa / onde está passando o Verão... / E à família diz: “Que festa! / Ando nédia como um tordo! / Escrevo de... Monte Gordo... / Não há praia como esta! / O gozo, aqui, não tem fim! / Tudo me encanta e recreia! / Que lindo mar! E que areia! / Nunca vi areia assim!”

Rimos descontraídos e felizes, por momentos. Repentinamente, o rosto de Bernardo de Passos havia mudado de tom, a coberto de um sorriso discreto, quase pungente.

Era tão cedo... e logo se fez tarde!

Já à saída do Clube, no seu passo miúdo e algo desequilibrado, por sofrer de uma neuropatia dos membros inferiores, o “nosso” Bernardo rodou o olhar em direção ao poente, como que desejando a noite que se aproximava, ao mesmo tempo que percorria o espaço circundante, em procura de algo nunca expresso naquele momento.

Ainda a luz frouxa do fim da tarde lhe banhava o rosto, tornando mais viva a sua palidez crescente. E as vozes misturavam-se no ambiente. Aguardo, em silêncio, que o meu interlocutor novamente retome o diálogo.

BP – Nós havemos de realizar as utopias mais distantes e insuspeitas, dar-lhes corpo no espaço maior do futuro, onde as palavras cantem o marginal coro das vozes, nas entoações que por si mesmas ficaram perdidas na nossa memória, meu amigo!

SBA – Na memória de qualquer de nós, no tempo que virá, Bernardo?

Comovido até às lágrimas, acrescentou:

BP – Talvez... Os deuses moverão esta profunda comunhão, como arte e razão de vida, e fornecerão espaço e consciência da solidão própria de maioria dos momentos. “Tudo Alma! Tudo Amor! E um beijo santo / celeste e insaciado / nos arbustos trémulos e em pranto / num turbilhão sagrado... / Para onde caminhamos neste voo / neste divino enlace... Vamos subindo a escada de Jacob / – Veremos a Deus, face a face?!...” (...) “Impele-nos o Amor, o vento forte! / É ele que nos levanta / num mistério de luz, que vence a Morte, / – e que apavora e encanta!”

E refletimos... A palavra poética, essa melodia que não termina ainda é metáfora, é o prazer desejado, oposto ao positivo que nos indicia, nos indicará o fim.

Caminhávamos do Clube na direção da sua casa, aqui, em São Brás de Alportel, e pegando-lhe no braço trémulo, uma viva impressão

mística nos invadiu: Que ele, o poeta, caminhava pausadamente em direção a um porvir que já não seria dele!... E que, igualmente, já nem nos pertenceria a nós!... Entretanto, para o alegrar, mudei de tema.

SBA – Querido Bernardo! Que é para si o filtro da vivência poética, a angústia pura e suspensa?... Diga-me! Sempre foi republicano?

BP – Sempre!... Sempre fui pela República, desde que me conheço. Como se fosse a minha dama!... O meu pai foi um combativo republicano nas ideias e na prática política. E a minha família toda, igualmente. Amo a República! Amo a República Portuguesa!

SBA – Bernardo, diga-me! Que é para si a noite?... Será que a produção poética surge mais espontânea e absorvente durante a noite profunda?

Por um momento, estacou os passos, e abraçou-nos demoradamente, como que agradecendo a nossa vinda até junto dele. Estávamos perante uma alma grande, irmão

da bondade, do sofrimento, da compaixão pelos seus contemporâneos. E fitando-nos emocionado, em tom baixo como que nos segredou:

BP - Querido companheiro!... A poesia sonha-se de noite e é apanágio das almas tímidas, vive por entre as horas sonâmbulas... “Sou irmão da noite triste, / Também me dói um sol que já não existe, neste roxo entardecer / – um sonho findo que me conforta ainda! Há assim na minha treva um sol profundo, sim, quimérico esplendor do extinto mundo; / eco perdido duma voz já morta!...”. Eis a minha grande razão de viver!

A tarde esvaía-se mansa, ferida por uma luz solar enfraquecida e rastejante. Chamámos-lhe a atenção para a expressão simbiótica, íntima, entre si e o próprio fim da tarde. E ele sorriu, simultaneamente emocionado.

BP – Eis a minha grande razão de viver!... Acredite, e escreva-me aí que saber converter a morte na vida é a tarefa maior de um poeta!

### **Bibliografia**

*A Obra Poética de Bernardo de Passos. Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 1983.*



## A NOSSA ALDEIA EM DESTAQUE

No ano de 1895, o Dr. Vitorino Passos Pinto instala-se na casa do seu irmão João. A Aldeia inicia uma nova era nos cuidados de saúde. Em 1905, é ele o primeiro subdelegado de saúde local.

Francisco Ramos, o “Panito Mole”, adoece gravemente. Diagnóstico – apendicite aguda! Como acudir? Estamos em 1908. O Algarve não dispõe de bloco operatório. Lisboa é a solução. Mas como? Tão distante!... Apendicite aguda diagnosticada – apendicite aguda operada! É uma máxima da Medicina. O doente morreria se...

Os grandes homens revelam-se nos momentos críticos, como foi este caso, ímpar para o história da Medicina portuguesa. São Brás de Alportel, uma aldeia isolada no termo do concelho de Faro, salta para a ribalta. Na modesta vivência desse tempo, apesar do notável progresso, já a freguesia espreita para a independência de Faro, então sede de concelho, uma equipa chefiada pelo nosso herói joga mãos à obra – a de salvar uma vida!

Victorino João Rodrigues Passos Pinto (São Brás de Alportel, 1870 – 1937), filho de João Rodrigues de Passos Pinto Sénior e de Josefa Maria da Conceição Passos Pinto, bacharel em Medicina, em 1895, pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, chega à sua aldeia e monta consultório na Residência Paroquial, atual Câmara Municipal, onde mora o seu irmão, o prior João Rodrigues Passos Pinto Júnior. É o primeiro médico residente na localidade.



**Dr. Vitorino Passos Pinto**

Notabiliza-se a nível nacional por ter ousado fazer uma apendicectomia no seu consultório, um feito inédito à época. Nestes casos, os doentes eram enviados para Lisboa<sup>2</sup> e, se eram pobres, a edilidade responsabilizava-se pela despesa. No Algarve não havia essa possibilidade.

<sup>1</sup> A apendicite é a infeção do apêndice. Diagnóstico feito, a solução é a intervenção cirúrgica de urgência chamada apendicectomia. O ato operatório destina-se a remover o apêndice, uma pequena estrutura tubular que existe no prolongamento da porção inicial do intestino grosso.



#### **Edifício da Câmara Municipal, 1930**

*Iniciada a construção deste edifício pelo prior José Pedro da Costa Inglês, em 1893, para Residência Paroquial, foi assim utilizado até outubro de 1914, quando foi ocupado pelas forças republicanas para instalação das Repartições Públicas. A Câmara Municipal situou-se no primeiro andar e as várias repartições públicas no rés-do-chão. O postal é do início dos anos de 1930 da coleção José Ferreira. As outras cores desta edição de postais são, além do verde, o cinzento e o sépia.*

<sup>2</sup> *Em 1908 chegava-se a Lisboa por comboio, o meio de transporte preferencial desde 1889. Em 1913 o rápido partia de Faro às 7.55 e chegava ao Barreiro às 17.50 horas. Uma outra opção era penosa e muito mais demorada: ia-se de diligência até Faro, tomava-se o barco que contornava a costa sotaventina algarvia e subia o rio Guadiana até Mértola; depois, de novo, fazia-se um grande trajeto de diligência até à margem sul do rio Tejo, onde se apanhava o barco para Lisboa. Esta viagem podia demorar dias. Em alternativa, o trajeto entre Faro e Vila Real de Santo António podia ser feito de diligência e depois de barco até Mértola.*

*Existia uma rede de estradas ao longo do Algarve com ligação ao Alentejo, que era percorrida por almocreves e diligências, mas as vias estavam em más condições, tornando as viagens desconfortáveis, morosas, caras e perigosas. Era um Algarve isolado e atrasado em meios.*





**Panito Mole ou José Francisco Ramos**

O doente, José Francisco Ramos, apelidado de Panito Mole, de 22 anos de idade, casado, ferreiro de profissão, não resistiria a tão longa e penosa viagem. De Loulé vêm os colegas e amigos José Bento Marim e Belchior Frutuoso da Silva. Convida o seu primo, Alexandrino Rodrigues de Passos<sup>3</sup>, para ajudante.

O consultório é adaptado a bloco cirúrgico e, a 29 de setembro de 1908, realiza-se no Algarve, pela primeira vez, uma operação daquela envergadura. Como o doente era pobre, ficou 47 dias em casa do cirurgião, em vigilância e recuperação. Por fim, salvou-se!

Nos principais meios médicos de Lisboa, Porto e Coimbra, esta cirurgia pioneira, na Província distante, tem grande impacto. Realça o sucesso o facto de, nesse tempo, não existirem antibióticos, razão de elevada mortalidade pós-operatória.

A imprensa divulga. O facto é muito falado e tem honras de primeira página. Ao longo de 42 anos, o Dr. Vitorino continua no seu consultório a fazer pequenas cirurgias, entre muitas cesarianas bem sucedidas.

O Dr. Vitorino casa-se, em 1912, com Rosa Maria Caiado Passos Pinto, a menina Rosinha, da Mesquita, que o ajuda carinhosamente a tratar dos doentes, quando passa a residir na Rua Gago Coutinho, no edifício com os n.ºs 77 a 81, perto do Largo de São Sebastião, onde mais tarde exerce o Dr. Artur Peres Fialho. O consultório ocupa o rés-do-chão. Como primeiro médico da aldeia, enfrenta os curandeiros, os práticos e os barbeiros locais que lhe fazem uma concorrência tenaz.

Tem uma irmã, Maria do Espírito Santo Passos Pinto, e um outro irmão, José Rodrigues Passos Pinto, localmente estabelecido com uma agência funerária, frente à antiga Residência Paroquial, a atual Câmara Municipal.

A farmácia de Agostinho Féria, que figura na esquina oposta à da Residência Paroquial na planta que José Félix Pontes desenha em 1912, a dar para a Rua de São Sebastião e para o Terreiro, migra para o Largo de São Sebastião, e posta-se frente ao 2.º consultório do distinto médico. Dará origem à Farmácia Pereira, e depois à primeira localização da Farmácia S. Brás, que se situa agora perto do Mercado Municipal.

<sup>3</sup> Alexandrino Rodrigues de Passos (São Brás de Alportel, 10.07.1890, Olhão, 29.05.1965) foi alistado como recruta na Companhia de Saúde e incorporado em 1910. Em 1911, concluiu o primeiro ano do curso de enfermeiros e a licenciatura de cirurgião-dentista na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Foi 1.º Cabo Miliciano da 4.ª Companhia de Saúde, sendo promovido por decreto, em 1917, a Tenente-Cirurgião Dentista. Com 23 anos de idade, foi nomeado pelo Presidente da República, Dr. Manuel de Arriaga, Juiz de Paz, por Decreto-Lei de 23.05.1914, da então aldeia quase vila de São Brás de Alportel, onde exerceu a atividade de cirurgião-dentista. Em 1922, quando casou, já exercia em Olhão, onde continuou a viver e constituiu família.



**Edifício da Câmara Municipal, 1930**

*Largo de São Sebastião e Rua Gago Coutinho. No postal dos anos de 1930, da coleção José Ferreira, avista-se o automóvel atribuído ao farmacêutico Agostinho Mora Féria, estacionado a par do prédio onde o Dr. Vitorino teve o seu 2.º consultório e residência, frente às Farmácias Mora Féria e Lázaro Costa.*

Daquele matrimónio nasce um filho que teve apenas alguns meses de vida. Não podendo ter mais filhos, o Dr. Vitorino recebe em sua casa duas sobrinhas a quem proporciona uma educação esmerada: Maria Carlota Gago Pires tira o Curso Superior de Piano e acompanha o tio até ao fim da sua vida; Ivone Gago Pires licenciase em Medicina.

O Terreiro, rua de terra batida até quase ao fim do século XX, que passou por várias designações oficiais e populares, desde 1941 tem o nome do Dr. Vitorino.

Sabe-se que, por iniciativa da sua sobrinha Carlota, existe um busto de bronze. Houve até a oferta, do senhor José Féria, de um pedestal de mármore, mas a homenagem não se materializou.

Nunca será tarde para perpetuar a sua memória. Os são-brasenses e os seus familiares, que muitas vezes receberam os melhores cuidados médicos, gratuitos, principalmente os mais necessitados, se mostrarão eternamente reconhecidos ao grande médico e benemérito.



**Rua Gago Coutinho 48 A**

Em vida, o nosso médico confrontou-se com atrasos de décadas no pagamento dos honorários camarários e dificuldades daí decorrentes – a que não foram estranhos alguns resquícios de rivalidade monárquica, do passado, que pesaram em arrastado diferendo.

Após 42 anos de atividade, quando faleceu, aos 66 anos, a viúva, para sobreviver, continuou a dar injeções e a fazer pensos. As cinco farmácias então existentes perdoaram as dívidas dos medicamentos que o Dr. Vitorino mandava aviar aos doentes pobres.

### **Bibliografia**

«Apendicectomia»: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Apendicectomia>.

DUARTE, Afonso da Cunha, *São Brás de Alportel, Memórias. Volume II: Terras de Alportel*. S. Brás de Alportel, 2008, pp. 387-391.

CHAVECA, Sebastião de Sousa, *Memórias do Povo Sambrasense*. 2.ª edição do Autor, S. Brás de Alportel, 2005, pp. 178-181.

*História da Linha do Algarve:*

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_Linha\\_do\\_Algarve#cite\\_note-Santos9-6](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Linha_do_Algarve#cite_note-Santos9-6)



## O PORCO QUE ENVERGONHOU O MEU AVÔ

São duas horas da tarde. O céu está escuro e gotas de água começam a cair. Acabei de almoçar. A minha mãe agarra firme um serrote e diz-me:

– Tenho de ir à casa da tua avó. Queres vir comigo?

Tenho tempo. Gosto da casa, gosto do

serrote que ela leva e é claro que quero ir. Seguimos juntos. É perto. Pelo caminho vejo as pedras, as árvores, as moitas e arbustos que me viram crescer. Também cresceram. Parecem reconhecer-me, falam comigo, dizem-me graças como se eu fosse o menino que outrora por ali deambulava de joelhos arranhados.



Quando chegamos à casa da minha avó (ela já não mora lá faz muito tempo) a minha mãe abre a portada, olha em redor e

– Esta oliveira tem crescido tanto que quase tapa o pocilgo todo. O teu avô (faz mais tempo ainda) todos os anos a cortava um bocado e só deixava ali aquelas pernadas que estão voltadas para o pocilgo. Serviam para fazer sombra ao porco e amparavam também da chuva.

– Então os avós todos os anos criavam um porco, era?

– Sim. Todos os anos se comprava um. A tua avó despejava-lhe a comida para aquela pia que ali vês, por um buraco que havia ali naquela cantareira dentro do alpendre. Nos últimos anos, quando já não criavam, mandou tapá-la que era para não entrar água para o alpendre. Era aí que ela guardava a lenha para acender o forno e assim não se molhava e fazia melhor solo ficando o pão melhor. Mas ainda ali se nota o lugar, pois nunca chegou a ser bem rebocado, caiava-se era todos os anos.

– E onde é que o avô ia comprar o porco?

– O teu avô normalmente ia comprar à serra onde ficava encomendado logo de um ano para o outro e era quase sempre um bom bicho. Outras vezes ia ao mercado a Estoi e também me lembro de ele comprar na feira de fevereiro

em São Brás. Houve um ano, contava ele, que no dia em que comprou o animal, choveu tanto e fez tanto frio, tendo até nevado um pouco, que pelo caminho o bicho quase não conseguia andar entanguido com o frio. Quando olhava para trás, o porco que, quando o tinha comprado era preto como o carvão, estava branco com a neve que lhe estava caindo em cima do lombo. Contava ele que teve de apanhar uma varinha de alfarrobeira e com ela vinha-lhe, de vez em quando, sacudindo a neve de cima. Também teve de o pôr ao colo, pois o bicho vinha tão resfriado que quase não queria e nem conseguia andar. Nunca cresceu nem se fez um porco de jeito, lamentava-se sempre o teu avô. Todos os anos a compra do porco tinha histórias bem engraçadas como esta... era preto e tornou-se branco com o frio que apanhou. Coisas que vocês agora nem imaginam que possam alguma vez ter acontecido.

– Então e lembra-se de mais alguma história dessas?

– Olha, estou a lembrar-me de outra que também o teu avô contava. Essa, dizia ele que o porco o tinha deixado envergonhado. Foi num ano em que ele tinha arrendado aquela terra que ainda hoje tem aqueles grandes azinheiros e que fica ao pé da nossa Cerca do Lobo, ali

depois de passar as casas da Ti Chica Benta. Nessa altura arrendavam-se terras para semear e para a apanha do fruto. Esta era muito boa pois tinha muitas boletras e porco que fosse criado a bolota era logo outra coisa ficando com uma carne muito mais saborosa e que até se conservava muito melhor. Ora ele nesse ano tinha bolotas à farta e não é que, quando comprou o porco e lhas começou a dar, o raio do animal não as queria comer? Nem as cheirava, nem as olhava sequer! Isto de o porco não querer comer não era assim grande novidade, pois já tinha sucedido o mesmo algumas vezes em anos atrasados. Posto isto, a tua avó sabia de uma “receita” que iria fazer o animal começar a comer. Pulava para dentro do pocilgo, sentava-se ou punha-se de joelhos em frente ao báculo e começava a mastigar-lhe a comida diante do focinho que ele assim aprendia como se comia. Fez o mesmo com este e nada. Nada. O bicho nem por nada deste mundo que queria abrir a boca. Assim sendo, lembraram-se eles de outra maneira de o ensinar e de que um dos vizinhos já lhe havia falado que era remédio sagrado. Pelo menos com ele dera resultado e não

perdiam nada em experimentar. Pegaram então no porco e levaram-no até ao pocilgo do vizinho, parece-me que a tua avó dizia que tinha sido à do parente Andrade, e juntaram-no assim ao outro animal para ele ver como o outro fazia e começar então a comer. Assim fizeram. Segundo o teu avô depois contava, parece que o porco dele assim que lá chegou jogou-se logo à comida do outro e arrebanhou tudo quanto lá havia de comer. O teu avô olhava sem acreditar no que via e sem saber o que dizer. Foi o vizinho Andrade que se voltou para ele e lhe disse:

– Ó Zé João, com que então o teu porco não come... imagina se comesse! Não o queres trocar por este meu?

Segundo o teu avô depois contava, parece que foi um dos melhores e maiores porcos que criou em todos os anos...

Sou eu agora quem está segurando o serrote. A mão a ferver. Automática corta um ramo da oliveira. Aquele ali, sim. Aquele de forma que dê sombra naquele canto. O porco chegará em breve. Não saberá comer. Sento-me e espero. Chegou a minha vez. Saberei o que fazer. Prometo: avô, avó...

**Victor Barros**

# DE ORIENTE A OCIDENTE: O ANO DO TIGRE EM SÃO BRÁS DE ALPORTEL

*A festa do tempo em terras da China. A Lua, que contou os dias e os meses, marca enfim a data, e o ano vai nascer. Toda a gente sai para a rua. Estalam panchões para afastar os demónios e purificar o ar. É o primeiro dia da semana comemorativa da criação do mundo.*

**Maria Ondina Braga**

Um tanto estranho e desconcertante pode parecer o título desta breve crónica: mas, afinal, o que tem uma coisa a ver com a outra? A seu tempo, encontraremos a resposta.

Começarei mesmo pelo início. A viver em Macau desde 2012, onde desaguei precisamente a 30 de Janeiro, dia em que terminavam as festividades do recém-chegado Ano do Dragão – um dos animais do zodíaco mais querido pelos chineses, a ponto de as gravidezes baterem recordes, pois nascer num Ano do Dragão pode ser conotado com a sorte – percebo agora, dez anos depois, o modo como os Anos Novos Lunares foram marcando, ainda que inadvertidamente, a minha vida. O hábito de ter duas passagens de ano, os votos de “feliz Ano Novo”, prolongados até quase à Páscoa, instauraram a ideia de existência de uma segunda oportunidade, uma estranha sensação de a vida ir acontecendo a dobrar.

Depois, para quem vive no Oriente é difícil ficar indiferente a esta festividade, a maior e mais importante da cultura chinesa (muito semelhante ao nosso Natal), que segue um calendário baseado nas fases da lua. Por isso,

o Ano Novo Lunar celebra-se na primeira lua nova do primeiro mês lunar, sendo por isso uma data móvel. É, por excelência, tempo de festa, de celebração, de reunião familiar, de prática de rituais milenares, idas ao templo para acender incensos... Ah! E dos panchões! Os panchões, cartuchos de pólvora revestidos por papel vermelho, um tipo de foguetes que, além do estrondoso ruído, deixam uma notável fumarada negra. Lembro-me de que vivi perto de uma zona de rebentamento de panchões e o efeito, a certas horas do dia, era semelhante ao de um bombardeamento. Este é um ritual que visa o afastamento dos maus espíritos – convenhamos que com tanto ruído e fumo não haverá mesmo espírito que resista, que não fuja a sete pés.

Além disso, é também uma época bafejada por feriados, assinalando também os únicos três dias do ano em que os funcionários públicos de Macau estão autorizados a entrar nos casinos. No meu caso, tal circunstância deu origem a dois contos gerados na observação daquele palco de tensões que é uma sala de jogo, as vidas que se jogam e se perdem, os desesperos, as tensões, o vício a corroer, a alienação...

Por outro lado, esses feriados ficaram associados a viagens feitas, a acontecimentos marcantes que foram ditando o desfolhar das páginas do calendário e da vida: uma ida aos Estados Unidos para investigação na Universidade Brown na pausa do Ano da Serpente (2013); a Conferência em Palma de Maiorca a iniciar o Ano do Cavalo (2014); a ida ao Camboja, mais especificamente a Siem Reap, para finalmente me encontrar com o grande templo Angkor Vat que conheci através do



escritor francês Pierre Loti, marcada pelo início do ano da Cabra (2015); as viagens a Chiang Mai, Tailândia, a iniciar o Macaco (2016) e depois repetida na entrada no Ano do Porco (2019); a ida ao Vietname no Ano do Galo (2017); a visita a Laos e a promoção na Universidade no Ano do Cão (2018); e, por fim, a chegada de uma pandemia trazida (nada mais a propósito, atendendo inclusive a outras pestes que marcaram a História), pelas patas do Ano do Rato (2020) – que afectou e continua a afectar o mundo inteiro. Enfim, bicharada de todo o tipo a assinalar os mais variados factos!

Então, a grande novidade, no meu universo pessoal, que marcou esta chegada do Ano do Tigre (2022), foi o facto de, pela primeira vez, passos dez anos, ter posto em prática a tradição dessa época: ter visitado a minha terra, São Brás de Alportel, para passar a quadra com a família. E foi um aconchegante regresso provisório, após dois anos de ausência forçada, devido às restrições adoptadas em Macau, devido à COVID 19. Um regresso provisório, aconchegado pela observação do crescimento

harmonioso da vila, habitado pelo lume dos afectos, pela perfumada brancura mágica das amendoeiras em flor, tão bem retratadas pela grandiosa escritora algarvia Lídia Jorge em *O Vale da Paixão*, ao referir: “Um véu de pétalas emergia dessa rede de nada, cobrindo os campos, unindo-os, como se um sopro branco se tivesse erguido acima da terra para mostrar que estava viva.”

Será essa espécie de sopro branco, sopro de vida, eco das origens metamorfoseado em digressões por mundos e culturas que nos permite albergarmos no nosso universo familiar aquilo que do “Outro” vamos colhendo e armazenando na mochila da memória – onde podemos unir o Ano Novo Lunar e a nossa vila natal, entre tantos outros elementos.

Por fim, resta acrescentar que, num mundo pautado por tantas incertezas, quando o futuro parece ser um imenso ponto de interrogação a irromper no horizonte, apenas podemos desejar que o Ano do Tigre, iniciado a 1 de Fevereiro, traga ao mundo a paz, a saúde, a clarividência e a harmonia.

*Dora Nunes Gago*





# O MEU OUTRO LADO

## Armar aos Pássaros

Um dia bem passado com os amigos, na Mesquita Alta, era sempre um dia feliz. Não interessava se estávamos a fazer a rodagem para a adolescência ou se já tínhamos passado em várias inspecções da idade adulta. O importante era uma boa justificação partilhada por todos e que proporcionava uma jornada de vivência comum na hora da planificação, da preparação, da efectivação e da confraternização.

Para tanto, não havia como eleger um dia para armar aos pássaros e providenciar a logística dos recursos!

Impunha-se, então, o aprovisionamento antecipado do chamativo engodo, o que obrigava os que calçam botas, a irem à “aguída”, ou agúdias para os que, de sapatos, as encomendavam. Estas formigas XL têm asas brancas, vivem debaixo da terra e libertam-



*Mesquita Alta na Primavera*

se com as primeiras chuvas do final do Verão, quando, mais à superfície, umas ligeiras cavadelas as expõem ao alcance da mão.

Feito o aprovisionamento, esperava-nos o raiar do Sol. Sacho numa mão e ratoeiras na outra, fazer os camalhões, espetar as agúdias pelo abdómen de modo a que as asas esvoacem e brilhem, chamando a atenção dos pequenos voadores; para isso, o camalhão, pequeno monte de terra, deve ser inclinado para o astro-rei, disfarçando ligeiramente a ratoeira e fazendo emergir o isco espetado no respectivo e estratégico pingalnete.

A parte mais emocionante era o que chamamos “ir dar a volta”, operação que se vai repetindo num tempo determinado, recolher quantos caíram, e repor as armadilhas, até que outro e outro vão engrossando o arco das expectativas, arame enfiado na mandíbula inferior que até permite ir contando os bicos já apanhados.

Terminada a caçada, toca a depenar os passarinhos, a parte menos apelativa, mas indispensável ao processo. Miudezas fora, sal, pimenta e alhos a envolver a passada, enquanto aquece o caldeirão já barrado com banha e azeite, meio caminho andado para a petisqueira do nosso contentamento.

Mesa posta, bancos e cadeiras à volta, tudo em self service, num dia vivido sem pressa, regado pela boa disposição, ambiente dialogante e fraterno, dispensava o direito a livro de reclamações. Pelo contrário, cada um por si e por todos, justificava a assinatura no livro de honra do entendimento e da amizade.

## A vindima em França

Os são-brasenses sempre tiveram propensão para emigrar, na procura de um melhor nível de vida, dado que a nossa terra não era pródiga em proporcionar os meios que a isso pudessem levar. A indústria não era robusta, nem a da cortiça, dominante no concelho, como a actividade de canteiro, carpinteiro, serralheiro, abegão, albardeiro, alfaiate, costureira e quejandos eram suficientemente fortes para corresponder à oferta de mão de obra, quantas vezes no sentido literal, a troco da iniciação no ofício. O pequeno comércio também era limitado e a agricultura, com a propriedade muito dividida, não era futuro apelativo. Tudo isto levava ao reconhecimento de que era inevitável procurar fora de portas o que aqui minguava.

Sobretudo por razões económicas, que não seriam as únicas, assistiu-se, então, desde a década de 30, ao recrudescimento da onda migratória para diversos países, consoante as notícias que iam chegando dos precursores que se aventuravam por terras de Marrocos, Venezuela, Argentina, Brasil, Estados Unidos, Canadá e, de forma geral, por toda a Europa.

A grande novidade da primeira metade dos anos 50, direccionada, então, para a juventude, foi a oportunidade de, nas férias grandes, ir fazer a época das vindimas em França, em Charly-sur-Marne, na região de Champagne, a uma hora de comboio desde Paris.

Em obediência à tradição e ao gene do povo são-brasense, logo o espírito de aventura montou as asas do pensamento, próprio das mentes em transição para a idade adulta e, insensatamente, também eu e o meu saudoso amigo e parente Jorge Domingas, alinhámos na moda do que poderia ser uma emigração temporária, que bem podemos comparar, em termos desportivos, à Taça da Europa, uma espécie de 2ª Divisão europeia, já que à Champions corresponderia a emigração para fixar residência e encetar uma nova vida. Não era o caso.

Eu e ele, lídimos representantes daquela faixa etária, confirmando as regras de comportamento incentivado mais pelo espírito de aventura na procura da novidade do que pela lucidez, demos o primeiro passo, que até deveria ter sido o último.

Dir-nos-ia o bom senso que deveríamos informar-nos das condições gerais do trabalho, duração, alojamento, alimentação, apoios e remuneração. Depois de tudo considerado, ainda restava a difícil aquiescência dos pais, o que não seria fácil, pela experiência que tinham da incompatibilidade do conceito bilateral de “trabalho” e de “campo de trabalho para jovens”. Na realidade, eles bem sabiam da inexistência de almoços grátis e do que isso significava!

Começámos, então, pelo fim. Sem divulgar a nossa intenção, demos o primeiro passo para a obtenção do passaporte, que sabíamos não ser fácil nos tempos de Salazar.

O requerimento era feito ao Presidente da Câmara, seguia os trâmites habituais até chegar à polícia política e, se a informação desta fosse de conformidade, cabia ao Governo Civil a emissão do passaporte.

Passados uns dias, eu e o Jorge estávamos sentados no Café Montanha, no Largo de São Sebastião, quando o proprietário se aproxima, baixa-se e, só para nós, pergunta: –“Então, querem ir para onde?”. Apanhados de surpresa, contámos a verdade, até porque percebemos que ele sabia qualquer coisa. –“ Está bem, por mim podem ir. Está tudo em condições”.

Tenho de confessar que, depois deste diálogo, não me restaram dúvidas de que o senhor era informador privilegiado da respectiva polícia, o que já se dizia à boca pequena e era escutado de orelha afitada.

Aliviado do que parecia o obstáculo mais complicado, o pensamento projectou-se, finalmente, para as dúvidas do que iria encontrar em França e, mais do que isso, a reacção do meu pai quando lhe revelasse o que me ia na cabeça.

Enquanto matutava sobre o naipe de cenários que me esperava, segredou-me o meu outro lado, indefectível amigo, sempre atento, com argumentos assisados e de considerar:



*"... eu e o Jorge estávamos sentados no Café Restaurante Montanha, no Largo de São Sebastião..."*



–"Deixa-te de aventuras parvas. Não sabes o que te espera, não tens necessidade que a isso te obrigue e corres o risco de uma desilusão".

Se esta argumentação já me fez repensar o assunto, decisivo foi quando me disse: –"E já pensaste nos pais? Eles não vão concordar com tamanha idiotice, mas podem condescender, embora contrariados. E vão ficar preocupados! Pelo teu lado, sabendo que não é a vontade deles, vais também andar preocupado e de peso na consciência, o que não é bom para ninguém".

Caí em mim, interiorizei, não demos mais um passo e os passaportes ficaram por levantar. Venceu o bom senso, graças a este conselheiro

que é mesmo meu amigo!

Uns anos depois, ainda com o mesmo espírito de aventura, concretizaram o sonho, entre outros, o *Vieguinhas*, José Viegas de seu nome, a sua irmã Valentina, o Luís Julião, *Julianito*, o José Amândio e outros amigos, todos animados pelo sentido da descoberta. Também o Quim Aleixo tinha tudo preparado para alinhar, mas o pai considerou que o passaporte que exhibia, assinado e carimbado por Paulo Domingues, secretário do Governo Civil de Faro, não era mais legítimo do que a sua autorização... que não deu!

## Adolescência



**"Na homenagem ao Dr. Medeiros Galvão, o abraço de reconhecimento de César Correia"**

Da esquerda temos o Dr. Mário Dinis Porto, António Moita dos Santos, Dr. Medeiros Galvão, César da Luz Dias Correia, Joaquim Cabrita Neto (Governador Civil) e António Pires Bica (Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel).

A vida é sublinhada por uma sucessão de acontecimentos, êxitos e inêxitos que vão deixando marcas, experiências que podem valer vitórias ou apressar derrotas. Intensamente vivida, é aliciante e constantemente apelativa para novos passos em frente que às vezes nem o são, mas que a disponibilidade da adolescência faz acreditar que até o recuar de uma onda é prenúncio de renascimento, esquecendo que outras de grande porte, já em forma de vaga, se podem suceder, causando estragos não calculados. Aconteceu isso comigo.

Estudos, namoros, quanto mais escondidos mais arrebatadores, e a paixão pelo futebol, envolvências que me deixavam sem tempo para outras apetências próprias do meu tempo. Era forte a convicção de que eram estáveis as ondas do mar chão, mas quando menos se esperava, os ventos agitaram as águas e vagas alterosas surgiram no horizonte.

Uma pequena mas frequente e arrelidora tosse, acompanhada por uma falta de apetite inusual, levou-me ao médico, o Dr. Medeiros Galvão, que, após exame minucioso, através do aparelho de radioscopia, sentenciou: – “Há aqui uma lesão pulmonar, coisa séria”. Tratou-me, medicou-me, receitou e foi perentório nas recomendações: – “Repouso absoluto e nem ir ver as galinhas!”

Durante largos meses, dia a dia, o enfermeiro António Bengalita visitava-me e, delicadamente quanto possível, enfiava-me no braço a agulha da seringa que, nas suas mãos, até parecia fina e indolor, e injectava-me a dose recomendada de estreptomina.

Cumprindo com rigor o programa estabelecido, que incluía ainda uma visita quinzenal ao Sanatório Vasconcelos Porto, nos Almargens, para uma sessão de pneumotórax, agulha introduzida entre vértebras para injectar, no espaço pleural, o ar que comprime e ajuda a cicatrizar a lesão, passados alguns meses recebi a boa nova de que estava debelada a maleita, na época ainda altamente fatal.

Por esta e muitas outras vitórias, o Dr. Gabriel Pereira de Medeiros Galvão foi alcunhado de “Nossa Senhora de Fátima” e alvo de justíssima homenagem pública presidida pelo Governador Civil de Faro, Joaquim Manuel Cabrita Neto, que se realizou nas instalações dos Bombeiros Voluntários, a 17 de Outubro de 1987.

Na oportunidade, verbalizei publicamente o meu caso e o meu agradecimento a quem me proporcionou uma bem vivida segunda edição, na linha das falas de reconhecimento que estiveram presentes em todas as intervenções. A dedicação do homem, a competência do médico e o mérito profissional que sempre disponibilizou em benefício dos são-brasenses e de todos os demais que procuravam os seus serviços, foram justamente realçados e valorizados pela mais valia de uma formação humanista amplamente reconhecida.

Também em 10 de junho de 2013 ocorreu na Junta de Freguesia a sessão de homenagem da Câmara Municipal, com o descerramento do seu busto, esculpido em bronze, no espaço exterior adjacente, iniciativa e obra dos são-brasenses Vítor Horta e Manuel Belchior, respectivamente mentor e artista, que souberam interpretar o reconhecimento da população.

# SÃO BRÁS DE ALPORTEL E O ALGARVE NA IDADE MODERNA

## a) O Algarve e a conjuntura internacional na sua periferia nos séculos XVI e XVII

O Algarve tem a norte a serra que o separa do Alentejo, a leste o rio Guadiana que o separa de Espanha e a sul e oeste o Oceano Atlântico. A sua localização geoestratégica foi desde sempre vista como uma identidade física natural.

Este secular condicionamento físico natural determinou alguma especificidade na sua evolução histórica, no seu património plural e na individualidade das suas gentes, contribuindo para a sua identidade.

Última região a ser conquistada aos Muçulmanos no século XIII, nunca ocupou um lugar central nem na economia nem na sociedade portuguesas. Sempre teve uma importância relativa no todo nacional, tanto pelo seu difícil acesso ao resto do país, como pela ausência de uma nobreza expressiva, ou de uma considerável burguesia residente.

Só durante os séculos XIV e XV o Algarve teve acentuada relevância para o todo nacional. Com uma excelente posição geoestratégica relativamente às praças fortes que os portugueses tinham conquistado no litoral norte e oeste do atual Marrocos, o Algarve desempenhou um importante papel no seu abastecimento, face ao isolamento em que estas cidades se encontravam. Em caso de socorro era dos portos algarvios, especialmente de Tavira, que o apoio se organizava e partia.

Embora anteriormente existisse alguma procura de frutas algarvias por parte das

populações marroquinas, neste período acentuou-se o envio de produtos algarvios, tais como frutos secos, peixe e cal para essas cidades sob domínio português.

Mas, com o seu progressivo abandono, primeiro das cidades mais a sul e, depois, das praças fortes de Ceuta e Tanger, o Algarve viu diminuir drasticamente essas funções que lhe tinham garantido alguma relevância conjuntural.

Depois, apenas por curtos períodos (em 1562, com o cerco a Mazagão e, depois, na triste aventura de D. Sebastião, em 1578), continuaram algumas ligações intensas e importantes do Algarve com o Norte de África.

Após o desastre de Alcácer Quibir, o Algarve passa a ser alvo de ataques de corsários berberes e remete-se a uma posição de defesa. O comércio com o Norte de África acaba definitivamente e são agora as cidades do litoral algarvio que sofrem forte declínio, assim como toda a atividade no litoral.

Por outro lado, a “União Ibérica” (domínio espanhol 1580/1640), também trouxe grandes prejuízos para o Algarve. A ligação conjuntural com a vizinha Andaluzia (Sevilha e mesmo Cádiz), sob domínio dos Filipes, implicou sofrer os mesmos ataques dos ingleses que o Sul de Espanha.

É nesta conjuntura que, de forma a dar alguma segurança às zonas ribeirinhas, se



edificam atalaias e postos de observação na costa algarvia, das quais ainda restam ruínas. Mas o litoral algarvio, durante mais de dois séculos, estagnar-se-á e serão as zonas do interior que, oferecendo mais segurança, verão crescer a sua população nalguns sítios e mesmo a criação de outros.

A Guerra da Restauração, no século XVII, poupou o Algarve como teatro de guerra, mas provocou uma nova separação nas relações com a Andaluzia e, por consequência, o agravamento do seu isolamento.

Neste período, a serra algarvia funcionou como refúgio dos que escapavam ao recrutamento para as guerras que se travaram no Alentejo. A fuga para a serra para evitar a incorporação agudizava a falta de mão-

de-obra no litoral, desfazia o pequeno comércio e desmantelava a composição dos agregados familiares. Só depois de 1668, com o estabelecimento da paz entre Portugal e Espanha, se retomou alguma atividade comercial com a Andaluzia.

A ocupação inglesa de Gibraltar, em 1704, economicamente, foi interessante para o Algarve, mas voltou a agravar as relações com a Espanha. Gibraltar via nos escassos produtos do Algarve, escoados através dos seus portos, um fornecedor de provisões para a sobrevivência, tanto da população residente, como das tropas ali estacionadas. Tudo tinha uma reduzida escala, dada a pouca produção algarvia, mas recebia-se bom proveito do que lá se fazia chegar.

## b) A conjuntura económica do Algarve nos séculos XVI e XVII

O Algarve sempre foi terra de bons frutos e de bom pescado. A situação de proximidade com os centros de Lisboa e Sevilha era aproveitada por alguns mercadores, sempre que possível.

Com o envio de frutos secos, algum vinho, azeite e pescado, para satisfazer as necessidades da manutenção das praças portuguesas de Marrocos verificou-se o crescimento populacional no Algarve no século XVI, nomeadamente em Tavira, Faro e Lagos e nos seus campos em redor.

Mesmo sem se processar uma transformação interna com novos produtos, no pescado nota-se um pequeno aumento da produção com a exportação de atum salgado.

Ao tempo, o atum deslocava-se do Atlântico para o Mediterrâneo para desovar e, na passagem, aproximava-se da nossa costa, facilitando a sua captura. A sua pesca era feita

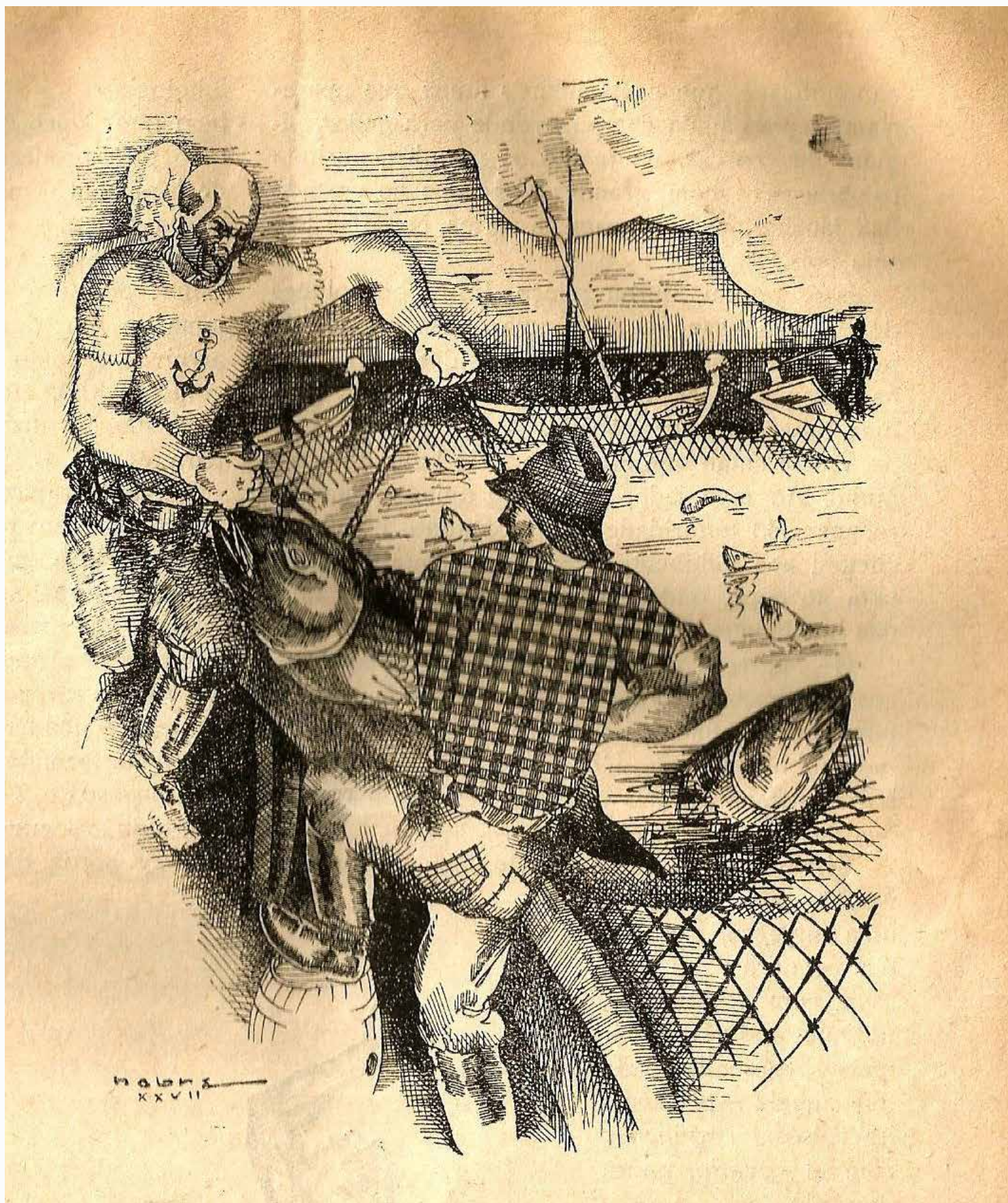
em armações fixas. As instalações – barcos, redes, salgas e vasilhame para a pesca do atum – eram denominadas *almadravas*.

Inicialmente instaladas ao lado do Cabo de S. Vicente, as *almadravas* foram, posteriormente, deslocadas para o Oriente Algarvio, à medida que Lagos perdia relevo a favor de Faro e Tavira.

Graças aos sicilianos instalados no Algarve, que dominavam as técnicas de pesca, salga e preparação conveniente do atum em barris de madeira, o conhecimento e a prática dos nossos pescadores aumentou.

Algum destino deste pescado era o território que é hoje a Itália. Aqui o seu consumo tinha relevo, devido ao cumprimento de algumas abstinências religiosas. Evidentemente que a Coroa, cobrando impostos elevados, beneficiava, grandemente, com esta pescaria.





É celebre a descrição de **Manuel Teixeira Gomes**, já no exílio, «Uma copejada de atum», publicada na Revista Seara Nova, em 1927, com ilustrações de **Roberto Nobre**.



O PRESENTE NÚMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

# seara nova

ANO VI

QUINTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1927

N.º 107

COMPOSIÇÃO:  
TIPOGRAFIA DA SEARA NOVA

IMPRESSÃO — OFICINAS DO JORNAL  
DA EUROPA — RUA DO SÉCULO, 150

## Uma copejada de atum

*A colaboração do Sr. Teixeira Gomes é uma dádiva preciosa dos deuses. Prosador da mais nobre linhagem, artista dum requinte supremo, em que a sensibilidade genuinamente portuguesa se enleva numa exaltação danunziana, voluntariamente exilado da sua pátria, dispersando, num epistolário encantador, os tesouros dum espírito cultíssimo, o grande escritor é para nós, ainda, o democrata modelar, que, na balbúrdia das camarilhas, mantendo a linha impecável do gentleman, cumpriu sempre, com tacto escrupuloso, os graves encargos da alta magistratura a que ascendera. A SEARA NOVA, agradecendo-lhe a colaboração valiosíssima, que generosamente promete continuar, saúda no Sr. Teixeira Gomes, com afectuoso respeito, o cidadão exemplar, o escritor admirável, o político e diplomata brilhantíssimo.*

### c) Núcleos urbanos e desenvolvimento do interior algarvio

O século XVI foi o século de ouro do Algarve. A população cresceu de 9921 fogos, em 1527, para 15 167 fogos, em 1591.

Foi neste século que o rei D. Manuel I sentiu necessidade de reformular os forais (alvarás e cartas régias), de modo a melhor se conhecer a identidade administrativa e territorial do Algarve (e do país), que tinha sido estabelecida após a conquista no século XIII.

Assim, os “forais novos” ou “manuelinos” através da designada “Leitura Nova” foram

atualizados num total de dez no Algarve: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagos, Loulé, Silves, Tavira e (Vila Nova de) Portimão.

Como toda a região estava pouco povoada<sup>1</sup>, especialmente no interior, naturalmente surgiram pequenos núcleos. Neste século, Tavira, Lagos e Faro foram elevadas à categoria de cidades. Mas, no litoral, não existia nenhum centro urbano que, em população, se distinguisse dos outros.

Tavira será cidade a partir de 1520. Perderá, depois, posição devido ao assoreamento do rio e por falta de uma substancial área de influência económica (*interland*). Mais tarde, com o aparecimento de Vila Real de Santo António, também nada jogará a seu favor.

Faro será elevada a cidade em 1540, para que aí se instalasse a Sé, ainda sediada em Silves, o que só veio a ocorrer em 1577. Com a transferência do séquito religioso muito beneficiou a cidade como polo religioso e mesmo administrativo, mas não em crescimento económico. Todavia, neste século, duplicou o seu número de moradores.

Atendendo à maior segurança do seu porto, abrigado pela ria, para Faro se transferiram muitos dos negócios de outros centros urbanos. Faro ainda será uma das únicas povoações do Algarve que permanecerão minimamente ativas depois da grande ação da Inquisição nos anos trinta do século XVII.

Lagos será cidade em 1573, por influência de D. Sebastião, para servir de base de retaguarda à sua aventura africana em preparação. Mas, com o desastre de Alcácer Quibir e o desaparecimento das *almadravas* no princípio do século XVII, Lagos não se manterá como importante no comércio de peixe e perde a favor da Vila Nova de Portimão. Dispondo dos frutos que lhe chegam do interior, quer pelo rio, quer por via terrestre, Portimão vai ocupando o lugar de Lagos. Todavia, Lagos vai continuar por largo período a ser quase sempre a sede do governo do Algarve (leia-se: presença de Governador), praticamente até ao terramoto de 1755.

## A CERCA SEISCENTISTA DE FARO



<sup>1</sup> Convém referir que, após a conquista cristã do Algarve, sempre houve dificuldade em aqui fixar gente. Para a nobreza e fidalguia, o Algarve ficava longe da Corte e com acessos difíceis; para o povo, nada de novo tinha para oferecer. Importou, pois, fixar os mouros vencidos. Exemplo disso foram os Forais de Mouros Foros para Faro, Loulé, Silves e Tavira.

Ao tempo, a importância da produção agrícola do barrocal algarvio era fundamental à manutenção das cidades do litoral. Só uma produção agrícola de relevo resultante da sua ligação a zonas de Loulé (onde se incluía parte do atual São Brás), permitiu a Faro algum crescimento. A Portimão o seu abastecimento vinha da produção da zona de Silves, enquanto Lagos e Tavira foram diminuindo de importância, precisamente por ausência de um bom interior agrícola que permitisse o seu abastecimento.

Mas com a acentuada ruralização no Algarve, iniciada com os diversos ataques vindos do mar às zonas costeiras nos séculos XVII e XVIII, com a

ação do ataque da Inquisição aos comerciantes (cristãos-novos) no século XVII, só a economia agrícola se afirmou com a produção de frutos secos, vinho, azeite e alguma criação de gado.

No Algarve, sem um centro regional que se impusesse nas diferentes atividades e trocas, eram os campos mais férteis e as freguesias rurais que cresciam e se desenvolviam.

É nesta conjuntura que as *Terras de Alportel*<sup>2</sup> começam a ser referidas e nos mapas do Algarve da época começa a aparecer a denominação Almargens para referenciar toda esta zona do Barrocal.

(Continua)

A seguir:

- *Como uma ermida deu origem a uma aldeia. Visitações da Ordem de São Tiago.*
- *A pilhagem da biblioteca do Bispo do Algarve em Faro, em 1596, por Robert Devereux, “favorito” da rainha de Inglaterra Isabel I e o ataque dos Ingleses a São Brás de Alportel.*

**José do Carmo Correia Martins**

<sup>2</sup> Estanco Louro usa a expressão *solo de Alportel*, quando se refere a factos históricos do século XVI.

# MONÓLOGO PELO MESTRE

## I

Que tudo sempre tem um fim, já eu sabia! E de que a vida sempre haveria de saber a pouco, já eu me tinha mentalizado! Mas que isso acontecesse comigo, sem que me tivesse sentido preparado, nunca pensei!

E agora, não importam as horas, aqui estou sozinho, na tradicional posição de morto, sem sentir calor, frio, humidade, pressa ou vagar, fome, sede ou fastio, ralações ou descontrações. É só esta leve postura como se dormisse um sono pesado, não daqueles que me faziam roncar e soprar. É um sono que me empurra as pálpebras para baixo, sobretudo a direita; a esquerda continua semicerrada – mantém-se desde miúdo, por isso a minha mãe dizia que eu tinha pressa de acordar.

E a boca? Tenho a certeza de que não a sinto: não há sede, nem a avidez que queima o esófago, mas pede mais lume. Lume?! Chamar "lume" àquilo que foi uma das chamas da minha vida não é errado, não senhor. Copos de tinto, de medronho, garrafas de cerveja... "Este é para acabar!". "Este é que é para acabar!". A insaciedade e a saciedade não se medem, sentem-se... Por que é que já nem um copito me seduz os lábios, a língua e a garganta? Há algum tempo que perdi a avidez. Sentia a

barriga carregada de cinzas... São hábitos que se *tomam* na vida, que nos *consomem*, sem darmos por isso, porque *sabem* bem.

Já do nariz, apercebo-me mais do que nunca. Não que tenha readquirido o sentido do olfato! Mas como se o seu rubor tivesse peso, densidade. Talvez seja a minha vontade de me sentir outra vez completo... completo no número total dos sentidos. Comer, sem apreciar o odor convidativo do que se leva à boca, alimenta o corpo, mas não o espírito. É como se a nossa língua não tivesse a textura no lugar. Pior seria se ao olfato faltasse a companhia do paladar!

As orelhas é que estão mais disfarçadas. A vergonha de as possuir tão grandes, neste momento, não me afeta. Reconheço-lhes o direito de serem maiores do que o normal – tinham de ser grandes, para poderem ouvir tudo o que ouvi, para guardarem tantos segredos... tantas opiniões segredadas.

E as mãos? Nas mãos há um cansaço, o cansaço que não magoa, mas compensa. Foram-se deformando, o polegar e o indicador da mão esquerda, por causa da tesoura. Havia que conciliar a ligeireza e a eficácia em cada corte de cabelo.

O resto do corpo está leve e só mais leve.

## II

Ao inverno, agora, nem devíamos chamar “inverno”. Não chove e o frio não é igual ao da minha mocidade. Talvez por isso, não lhe resisti.

Mas o meu *inverno* começou antes deste. Quem o trouxe foram os ventos sombrios da reforma. Oh, palavra tão feia e tão contrária! *Reformar* não tem nada a ver com o que vivi nestes últimos anos: não só não serviu para *formar* absolutamente nada, como não prestou para *re* coisa nenhuma. Foi para deformar ou desformar e desenformar a minha pessoa que eles sopraram na minha direção.

Não fui feito para estar parado. Nunca fui instruído para assumir o peso da minha idade. Jamais me sentiria preparado para pensar na ideia de “velhice”, a minha.

Na realidade, o inverno de cada um vem vindo com a sua profissão. Estar de pé muito tempo foi o que me obrigou a abandoná-la.

Foi a ciática que, como uma faca, me obrigou a pensar que a minha estação estava em fase de mudança. E com ela se evidenciaram cada vez mais os chinelos, o sofá, o rádio junto ao ouvido esquerdo, a televisão, a vontade de ter um cão para me acompanhar, o dinheiro nos jornais, nas obras dos autores da terra... e nas idas diárias à taberna do Faustino.

Este lugar foi, para muitos homens, as chamas do inferno e a luz do paraíso. Refiro-me à cirrose que me ajudou a criar, e de que nunca me reformei, à lucidez das conversas entre todos e ao calor para reconfortar cada um que se ia tornando presença diária, por a sua vida também ter mais chinelos... E, se aos copitos grossos juntarmos as partidas de damas, de dominó, as cartadas e o rol de anedotas, melhor se explica o que aquela casa foi.

## III

Anedotas e mais anedotas eram as anfitriãs. Rir era a arte de todos, uns mais exigentes, outros menos. Já a arte de contar é que nunca ali se aprendeu: quem a tinha narrava, quem a não tinha ouvia. Mas a memorização foi-se tornando diferente, era a arte trabalhada pelo desafio, era o estímulo naquela espécie de associação recreativa. Já que o corpo nos ia traíndo, abríamos a arcazinha da memória.

Ouvir acolá e contar ali, contar e recontar,

sempre à mesma mesa, era o pão nosso de cada dia. E, para não embuchar, lá estava o moço do Faustino, o Pisco, de gargalo sempre apontado, para tratar securas, a mando do patrão, claro! Tivesse alguém avivado os ânimos, com mais ou menos picante a temperar a anedota do dia, logo tratávamos de celebrar com um brinde goela abaixo.

As raízes da sabedoria narrada, nunca ninguém sentiu necessidade de perguntar,



mas eram feitas da experiência pessoal, testemunhada ou ouvida de cada um. Esse saber é que fazia de quase todos nós autores vivos de histórias da vida real, porque adaptadas, aumentadas ou recriadas. Mais ninguém lhes dava voz assim. Muitos episódios do dia a dia daqueles com quem lidávamos eram fonte inesgotável de enredo. Interessava ser-lhes fiel e carregar nas partes com piada.

Uma passara-se com o avô do Gago. No tempo em que criava os sete filhos, criava também um porco. Percebendo que o suíno se alimentava da criação de galinhas, que valiam pela postura dos ovos e pela própria carne, o acautelado homem resolveu vendê-lo. Ao comprador aconselhou: "Dê-lhe *criação*". Mas, como suíno que come galinhas não engorda, o malogrado dono queixou-se ao vendedor pelas duas desditas, ao que o outro respondeu: "Eu não disse que lhe desse criação?".

As angústias da Micas também deram que falar. Chorava que se fartava, quando era hora de matar um dos animais de criação... Ou melhor, de estimação! Dera-lhes alimento, por amor de Deus, não para seu próprio sustento. Enquanto a perda lhe fervesse no sentimento, nem em caldo ou assado tocava. A morte de cada um ecoava-lhe na memória como um enjoo na alma, sem cura. Por esses dias, couves com batatas ou batatas com couves sabiam-lhe a consciente e velada tranquilidade. Não era o golpe nem o esticão nem o sangue; o que lhe custava era o *fim* da sua dedicação – pesava-lhe a consciência de uma estima insuficiente para evitar aquele ritual nas mãos dos outros.

Outra. Quando se apressava para apanhar a carreira, que estava prestes a partir, uma das sobrinhas do Viegas, lá de Lisboa, ficou sem saber para que lado se virar, porque ali mesmo caiu uma velhinha. Claro que preferiu perder o transporte, a ter de comprometer a sua consciência cristã. Por isso, acudiu à velhinha, ajudando-a a levantar-se. Quando conseguiu que se pusesse de pé, disse-lhe: "Pronto, já passou! Agora endireite-se!". Ao que a senhora respondeu: "Eu já estou, obrigada!". Mas como continuava curvada, a esfregar os joelhos doridos, a rapariga repetiu: "Pronto! Vá! Endireite-se!". E a senhora tornou a responder, na sua serenidade invejável: "Eu já estou, obrigada!". Sem conseguir que a velhinha se endireitasse, a cachopa desistiu e encaminhou-se para a paragem, donde a camioneta já tinha partido. Ainda voltou a olhar para trás: a pobre senhora afastava-se lentamente, sempre curvada por causa da marreca.

E a que sucedeu ao Joaquim? Quando foi atropelado, o Joaquim deu voltas e voltas à memória para encontrar a razão. Nunca lhe ocorreu o seu passo tateante, num arrastar de pés compassado. Nada discorreu do pouco serviço que lhe prestavam os seus olhos, aumentados pelas velhas gordas lentes sempre embaciadas, nem dos ouvidos cada vez mais moucos, por causa da velhice que se lhe colara ao corpo. Para o que recordava do momento atribulado, no dia em que a vida se lhe virara ao contrário, só havia uma explicação: "Eles andam a vinte à hora!".

## IV

A barbearia não tinha um aspeto moderno e nunca perdeu aquele ar de consultório médico espaçoso, fresco e asseado: as imponentes cadeiras de napa verde inspiraram, com certeza, as dos dentistas; os pentes de metal prateado, as tesouras com ar cirúrgico, as navalhas afiadas no cabedal, os pincéis usados, mas ainda eficientes, as escudelas, os

borrifadores, os espelhos, tudo devidamente organizado, mas disponível, lembrava às crianças os objetos do doutor. A bata do barbeiro era a primeira a intimidá-las nos primeiros cortes de cabelo, qual médico de braços agigantados sobre a sua cabeça.

“Como é que vai ser?”

“O costume.”

A repetição de um corte prático sempre marcou a masculinidade. Ficavam os hábitos, permaneciam as expressões, saboreava-se aquele ritmo – o compasso no afiar da navalha, a eficiência no ensaboar do pincel, a precisão no escanhoar... o rigor na limpeza final.

A barbearia não tinha mesmo um aspeto moderno, mas era acolhedora no atendimento. Os poucos minutos de cada freguês – mesmo os que já quase nada tinham para cortar – eram passados em descontração, numa liberdade cautelosa, para se trocarem as boas e as más novas sobre o país, o trabalho, o futebol, os nascimentos, as doenças, os falecimentos, a vida...

Havia até quem lá passasse, não para cortar o cabelo, desfazer ou aparar a barba, o bigode, mas só para deixar os bons-dias, repousar, dar dois dedos de conversa ou ver se lá se encontrava alguém que ultimamente rareava nas visitas ao estabelecimento.

A mão de obra era toda masculina. As mulheres não pertenciam ao espaço, e muito menos como empregadas. Por isso mesmo, nunca elas sequer imaginaram que os homens, embora prefiram falar sobre coisas e ideias, por vezes, também trocam palavras sobre as outras pessoas, mas naquilo em que puxam outras conversas sobre coisas e ideias. Eram palavras cruzadas que enchiam a gente e a vida da gente.



*Grupo à porta do Salão Chic, ao cimo da Rua Gago Coutinho, em São Brás de Alportel, da esquerda: Aldemiro, com alcinhas de Caleja e Calicida, por sofrer dos calos – fazia ali biscates; Manuel Pires Rico e o seu genro, Jorge Jardim Gouveia, respetivamente 1.º e 2.º comandante dos Bombeiros Voluntários locais; Décio Botinas e João Calapez, proprietário da barbearia. Década de 1960.*

O cansaço ficava para segundo plano. Não fazia esforço para isso acontecer, mas, quando se faz o que cedo se aprendeu a fazer e a gostar, tudo parece mais fácil.

O barbeiro deve ser um homem discreto, apresentável, de cabelo brilhante, de preferência sem bigode; barba, nem pensar. Procura-se-lhe um ar meticuloso, respeitável e sensível, de pessoa a quem se pode confiar não só os cabelos e pelos, sobretudo quem os tem escassos, como também o pedido de uma opinião, de um conselho.

A hora de almoço servia muitas vezes para as ocasiões em que convinha a ausência de terceiros. A porta fechada até perto das três da tarde não impedia que conversas mais pessoais, ainda que breves, acontecessem por necessidade dos fregueses-amigos. Uma vez, pedia-se dinheiro emprestado; outras, desabafava-se a infidelidade imaginada pela esposa, as ralações com os filhos ou a doença grave da mãe; outras, ainda, pedia-se um lugar de aprendiz para um sobrinho que vinha de longe. Ocasionalmente houve em que se rogava opinião sobre o mau aspeto de uma velha ferida.

É que o almoço acontecia nas traseiras, de onde se ouviam bem os nós dos dedos aflitos no vidro da porta. Na marmita, a comida chegou, muitas vezes, a esperar já fria. Noutras ocasiões, ouvia e comia ao mesmo tempo, pois ser ouvido era o objetivo da visita.

A figura do barbeiro fica enriquecida, se ele domina as palavras e sabe o que dizer, conforme o que o amigo lhe pede. E a leitura contribuiu para que o conseguisse. Não a leitura de estudos, com sabedorias que muitos não entendem, embora admirem e respeitem. Mas a leitura que os jornais, os livros de História e os livros com histórias oferecem a quem quer estar atualizado sobre as ideias, as coisas e as pessoas que estão a criá-las, mas raramente serão chamadas "autoras". As palavras cruzadas também contribuíram porque são viciantes: desafiam os limites, alargando-os. Além disso, quem conta histórias melhor as ouve, senão jamais poderia contá-las tão bem.

As palavras foram companheiras do tinir da tesoura, no salão, e do tinir das damas e dos copos, no lugar do Faustino, do outro lado da rua.

## V

Era o Pisco quem normalmente servia à mesa. "O rapaz é atento!". "É inteligente, o cachopo!". "Dava um bom aprendiz lá na barbearia." – comentou-se, em voz pequena, para se ter a certeza de que ouvia. "Enquanto pisca e não pisca os olhos, olha para as pessoas, mas só vê as conversas.". "São as anedotas que o atraem!". "Será que também tem algumas

para contar?". "O rapaz gostava era de vir a ser barbeiro!".

Ou cabeleireiro! A maior atração era o corte de cabelo. Dizia que desfazer a barba era sempre igual, mas ajustar a tesoura ao *costume* de cada freguês era mais criativo. Como contar histórias, em vez de só cruzar listas de palavras.

O Pisco chegou a estar a aprender. Combinámos: todos os dias, meia-hora da hora do almoço. E as opiniões segredadas pelos aflitos foram rareando, até que acabaram de vez. "Mas o Pisco não é canhoto!", pensava sem o dizer, para que a dificuldade não fosse tão sentida.

Melhor do que as artes de corte e penteado, aprendia a conhecer o mestre – os hábitos, os pensamentos, a maneira de falar. Havia nove anos que era órfão de avós, porque nunca conhecera os pais, e só no meio dos homens mais velhos sentia que vivia com a sabedoria que até então faltara.

Partilhávamos ambos um grande desejo: um dia, escrever um livro de memórias, sem que nenhum de nós fosse o protagonista. Eram os outros que nos fascinavam; eles é que seriam personagens principais num

mundo que também nos pertencia. Porém, limitávamo-nos a sorrir, na certeza de que um seria o protagonista do livro do outro. Uma dupla relação para sempre nos uniu na família que um não tivera e que, para o outro, fora incompleta e efémera – um era pai e avô, e o outro, o filho e o neto. Repetíamos-nos que, se a morte nos privasse da companhia que trocávamos, a vida daquele que continuasse voltaria a percorrer o caminho da busca, independentemente do cansaço.

Felizmente, cumpriu-se a lei da vida, morreu primeiro o que já a tinha usado mais; ficou o que deve continuar a usar a sua e, embora mais fraco, deseja encarregar-se de encaminhar o morto na sua ausência de sentidos.

Quem se lembrou de acender estas velas?

## VI

Quem é que se lembrou de acender estas velas?! Espero que me perdoe, Mestre! Estou aqui há tantas horas, no silêncio, a pensar nas nossas memórias. Nem reparei em quem as acendeu... Há sempre alguém para chamar o padre, alguém para acender uma vela...

Somos alguns amigos, mas de nada já lhe

valemos. Neste momento, está ele a valer-nos muito mais, pelas lembranças que, desde ontem, nos desperta... pela previsão das sensações da nossa morte também... E a mim, mais ainda: pela força de escrever agora o livro das nossas breves memórias.

*Carla Galdes Mateus*

# 1.º CENTENÁRIO DA TRAVESSIA AÉREA DO ATLÂNTICO SUL (1922 – 2022)

## Continuação

“Alguns elementos da *S B A Revista de Cultura* têm participado nas **Comemorações do Centenário da 1.ª Travessia do Atlântico Sul**:

O Comandante J. Martins Lourenço, no dia 27 de fevereiro inaugurou a “Rota Gago Coutinho – um percurso pela geodesia em São Brás de Alportel” num evento incluído no ciclo passeios Natureza 2022.

José do Carmo Correia Martins, em 8 de abril, num ciclo de conversas curiosas apresentou na Biblioteca Municipal “GAGO COUTINHO: O Herói Improvável”.

José Belchior ainda neste ciclo de conversas, também na Biblioteca Municipal apresentou em 13 de maio “Rumo ao Aeroporto Gago Coutinho: Viagem imaginária com escala pelos principais aeroportos portugueses”.





COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA  
1ª TRAVESSIA AÉREA DO ATLÂNTICO SUL  
30 março > 17 junho 1922

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

1922 \* 2022



# “Conversas Curiosas inspiradas pela 1.ª travessia aérea do Atlântico Sul”

- ▶ **30 DE MARÇO | 17H30**  
“A 1.ª Travessia Aérea do Atlântico Sul : a  
viagem e a sua preparação”  
Almirante Martins Guerreiro
- ▶ **8 DE ABRIL | 16H00**  
“Gago Coutinho: o herói improvável”  
Dr. José do Carmo Correia Martins
- ▶ **13 DE MAIO | 16H00**  
“Rumo ao Aeroporto Gago Coutinho:  
Viagem imaginária com escala pelos  
principais aeroportos portugueses”  
Dr. José Belchior
- ▶ **17 DE JUNHO | 16H00**  
“Ecos da Histórica 1.ª Travessia Aérea do  
Atlântico Sul”  
Dr.ª Vera Gonçalves

Oceano  
Atlântico



# PRIMEIRA TRAVESSIA AÉREA DO ATLÂNTICO SUL

Por feliz coincidência tive oportunidade de ler e analisar, na versão original, os relatórios da viagem, elaborados por Sacadura Cabral e Gago Coutinho, documento registado pela UNESCO na memória do mundo por proposta da Marinha Portuguesa e do nosso embaixador António Nóvoa. A leitura e análise desses relatórios inspiraram-me a escrever este texto.

A viagem foi concebida, preparada e comandada no seu todo por Sacadura Cabral. Gago Coutinho foi o navegador, o cientista inovador, que tornou possível a navegação aérea com rigor e segurança, cujo saber era a garantia de chegar sempre ao porto de destino. Sacadura Cabral foi o comandante que estudou, preparou e planeou a viagem, adquiriu e pilotou o hidroavião.

A profissão de marinheiro exerce-se num meio hostil, o mar, onde a vida está em risco, o que o obriga à aquisição de uma cultura, conhecimentos e hábitos próprios para saber enfrentar e superar as dificuldades e obstáculos que vai encontrar. O estudo, preparação e previsão dos problemas e obstáculos que podem ocorrer na execução das tarefas faz parte dessa cultura. Uma viagem marítima oceânica pressupõe sempre um estudo prévio sobre rotas, distâncias e autonomia, portos, condições meteorológicas, visibilidade de céus e estrelas, ventos, correntes, apoio logístico, verificação do estado do material e aquisição de novo equipamento se necessário. A expressão “quem vai para o mar avia-se em terra” contém muita sabedoria e significado. O mesmo terá de acontecer com uma viagem aérea.

Sacadura Cabral concebera a ideia em 1919 e a visita a Portugal do presidente do Brasil, Dr. Epietácio Pessoa, encorajou-o a concretizá-la:

“O meu projecto era interessar nessa viagem as duas nações irmãs, Portugal e o Brasil, conseguir um mínimo de dois aviões, cada um tripulado por portugueses e brasileiros e tentar a travessia com a colaboração das duas Marinhas de Guerra”.

Apresenta o projecto ao Ministro da Marinha, Dr. Victor Macedo Pinto, que o aprova e que, através do decreto 5787-MMM, de 10 de Maio de 1919, autoriza o crédito de 200 contos (5000 libras esterlinas), nomeia Sacadura Cabral para estudar a viagem e institui um prémio para a realização da travessia.

Com os conhecimentos que então existiam sobre os aviões e a navegação aérea, Sacadura Cabral elabora o seu estudo da viagem. Admite dois percursos alternativos: um sobre o mar, apoiando-se nas ilhas das Canárias e Cabo Verde; outro com as primeiras etapas sobre a terra africana, de Marrocos até à Guiné portuguesa, de onde atravessaria directamente para o ponto mais próximo da costa brasileira e depois seguiria para o Rio de Janeiro. Resultava que a etapa mais longa seria de 1600 milhas de continente a continente, ou de 1450 milhas das ilhas de Cabo Verde até ao Brasil.

Havia, pois, que encontrar a aeronave que tivesse autonomia suficiente para realizar a maior etapa. Visitou diversos construtores ingleses, franceses e italianos e concluiu que tal aeronave não existia nem sequer no papel. Por outro lado, o governo brasileiro não deu à

sua ideia o seguimento que se esperava. Desta sorte, o projecto foi adiado para data ulterior.

Em 1920, a Marinha Portuguesa – Aviação Naval adquiriu em Inglaterra dois hidroaviões Fairey para utilização no ataque com torpedos. Sacadura propôs então que os aparelhos viessem para Lisboa por via aérea. A proposta é aceite e é ele o piloto de um na viagem de Southampton para Lisboa. Ganha assim experiência de voo sobre o mar e conclui que a navegação aérea pode ser realizada com maior rigor do que faziam até então americanos e ingleses. Fala com Gago Coutinho, seu amigo e chefe dos trabalhos de geodesia de delimitação de fronteiras em Moçambique; propõe-lhe que invente um processo para resolver o problema da navegação aérea de forma rigorosa e segura. Gago Coutinho interessa-se e começam a trabalhar os dois para viabilizarem a realização de uma navegação aérea segura

Havia que ultrapassar três obstáculos:

- Efectuar o cálculo no ar, com suficiente rigor, de um ponto astronómico para conhecer a posição, o que até então ninguém fazia, só se fazia nos navios e em terra;
- Calcular com rigor a deriva da aeronave devido ao vento;
- E utilizar cartas de navegação de escala quase constante, que não existiam.

Acreditando nas suas capacidades e saber, fazem renascer o projecto de travessia aérea para o Brasil, voltam ao estudo da viagem, admitem que podem fazer escala na ilha brasileira de Fernando de Noronha, estão confiantes que a conseguem encontrar, apesar da sua reduzida dimensão, e, assim, a etapa mais longa passaria a ser de 1260 milhas a partir de Cabo Verde.

Constatam que, para esta hipótese de percurso e tendo em conta o regime de ventos alísios de NE do hemisfério norte, a melhor

aeronave será um hidroavião, passível construir a partir de modelos existentes; nomeadamente o modelo Fairey IIID, adaptando-o com maior capacidade de tanques de combustível para conseguir maior autonomia. Tal alteração obriga, porém, a grande exigência no limite do peso total da carga máxima na descolagem e a uma escolha muito judiciosa do motor, da sua fiabilidade, potência e consumo.

Há agora que resolver os problemas da navegação aérea. Gago Coutinho inova o sextante de navegação astronómica, introduz-lhe acessórios que permitam medir a altura dos astros com um horizonte artificial, viabilizando assim o cálculo do ponto astronómico a partir do ar. Por outro lado, simplifica o cálculo matemático, através de recálculos, para ser possível efetuá-lo em poucos minutos; cria as suas próprias cartas de navegação com deformação de escala reduzida, utilizando um sistema de projecção diferente do das cartas de Mercator; os dois constroem o plaqué de abatimento, um sistema baseado nos triângulos de velocidade do vento e da aeronave, que lhes permite resolver a questão da deriva provocada pelo vento.

Em Maio de 1921, fazem uma viagem à ilha da Madeira para testar o seu sistema de navegação. É a primeira viagem aérea feita entre Lisboa e a Madeira.

A viagem foi um sucesso, realizou-se com pleno rigor. Os resultados excederam mesmo a expectativa dos dois.

Em Julho de 1921, Sacadura Cabral volta a falar com o Ministro da Marinha, agora de outro Governo (estávamos na I República). Aliás, entre a referida apresentação do projecto, em 1919; e a sua conclusão, em 1922, houvera várias mudanças de Governo... O Ministro Dr. Paes Gomes designa novamente Sacadura Cabral para concretizar a viagem e autoriza-o a despendar os créditos previstos pelo Decreto

5785 de 1919. Agora, há que comprar o hidroavião para realizar a viagem. Os dois Fairey adquiridos em 1920 pela Aviação Naval não têm autonomia suficiente. No estudo da viagem tinham concluído que o melhor período para fazer a travessia, em termos de condições meteorológicas, era Abril e Maio. Estamos em Julho de 1921, o que significa que o hidroavião deveria ser entregue em Lisboa, empacotado, antes do fim do ano, para se iniciarem as montagens e se fazerem as provas, o que levava pelo menos dois meses. Portanto, além do constrangimento financeiro, existia também um constrangimento de tempo.

Da leitura e análise que fiz do relatório, constatei que, de facto, onde ocorreram os pontos fracos do projecto foi na aquisição e adaptação do hidroavião.

Sacadura Cabral não tinha formação de engenharia, nem diz no relatório qual foi o apoio que teve da Aviação Naval para a definição e elaboração das especificações técnicas do hidroavião, definição das cláusulas contratuais e provas de recepção obrigatórias.

Reconhece que, por uma questão de limitação de tempo, não fizeram provas de consumo do motor e que aceitou como bons os valores indicados pelo fabricante, a Rolls Royce; todavia, na realidade o consumo foi superior. Nas provas de descolagem, com carga máxima, só depois de várias tentativas e alterações para redução de peso, foi possível descolar, mas com vento superior ao limite definido, de 12 nós, a capacidade de descolagem aumentava com maior força do vento. Sacadura só nas Canárias se apercebeu que a capacidade de estancamento dos flutuadores não era muito fiável, o que teve consequências. Na maior tirada – de Porto da Praia, em Santiago, à ilha Fernando de Noronha – seria necessário descolar com os tanques de combustível cheios. Acontecia, porém,

que os flutuadores metiam alguma água, o que impedia a descolagem com os tanques cheios; alteraram, por isso, o ponto de chegada da ilha Fernando Noronha para os Penedos, encurtando assim a distância da tirada para 910 milhas. Estavam seguros da sua capacidade de fazerem navegação astronómica rigorosa e de encontrarem os Penedos no meio do oceano, o que seria um feito inédito e prova suficiente do êxito científico da viagem.

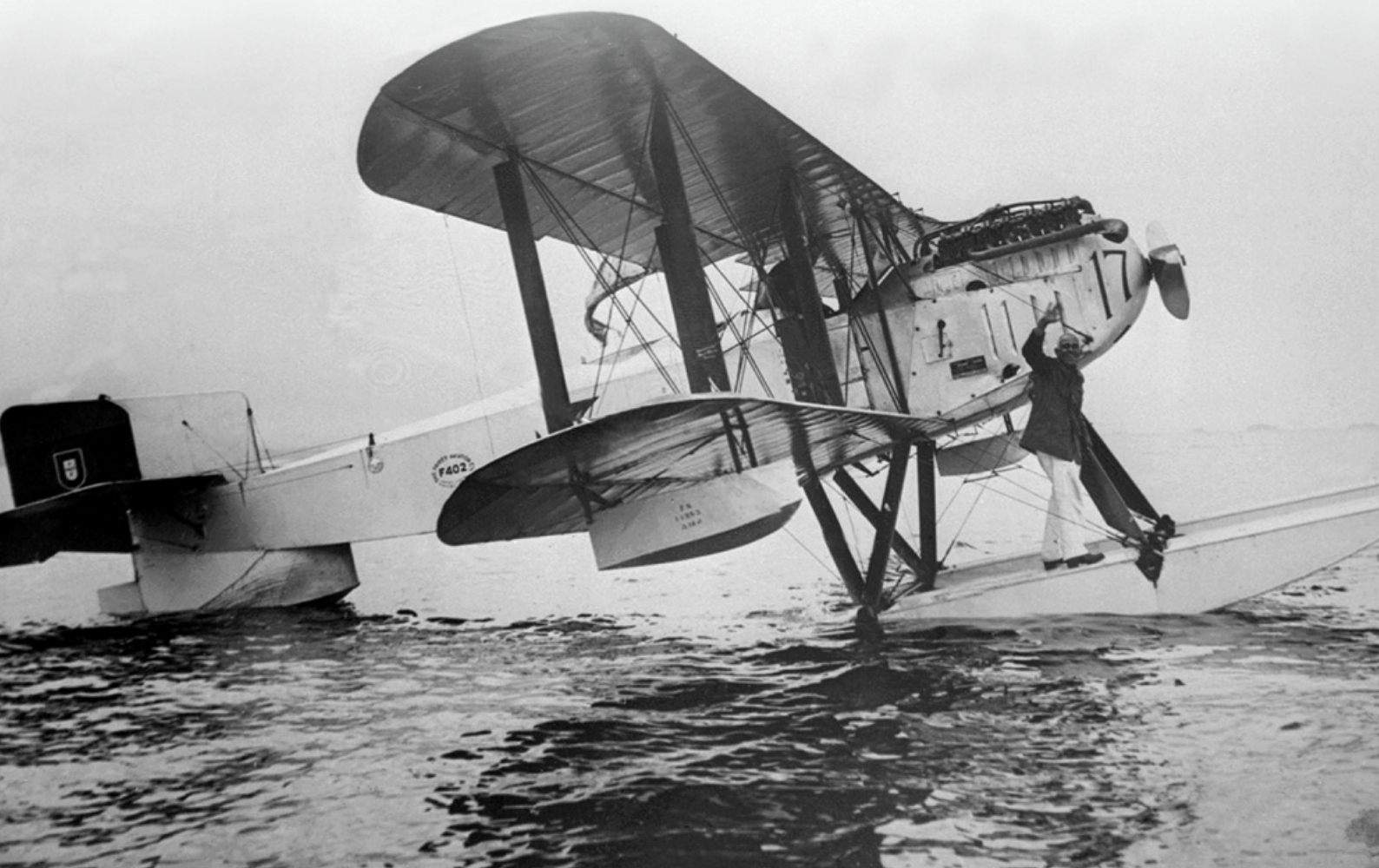
Foi necessário efectuar várias corridas e proceder ao alívio de alguma carga para se conseguir a descolagem. Após as primeiras duas horas de voo, Sacadura constatou que lhe restavam apenas 195 galões de combustível. Ora, a capacidade total dos tanques era de 330 galões; o consumo fora, pois, excessivo e não sabia se teria, ou não, combustível suficiente para atingir o ponto de chegada. Mas decidiram continuar! Nas palavras de Sacadura, essa etapa foi o ponto mais amargo de toda a viagem, na dúvida de saber se o combustível chegava e se o vento os ajudaria. Conseguiram, enfim, chegar aos Penedos de São Pedro e São Paulo, para onde tinha seguido o cruzador República, com apenas dois litros de combustível nos tanques! O motor consumia 1 litro por milha, o que era bem mais do que o indicado pelo fabricante.

A parte mais difícil e mesmo quase dramática, que emocionou toda a opinião pública portuguesa e brasileira, passou-se nesta zona dos Penedos: ao amarrar, no dia 18 de Abril, o Lusitânia partiu um flutuador e, em pouco tempo o hidroavião começou a afundar-se. Valeu-lhes um escaler do cruzador República, que estava no ponto combinado para lhes dar apoio logístico. Acorreu de imediato, recolheu a tempo, sãos e salvos, os dois aviadores, e salvou-se todo o material de navegação que havia a bordo do hidroavião.



O entusiasmo e a pressão da opinião pública foram enormes e o Governo português decidiu enviar um novo hidroavião, que seguiu no pacote brasileiro Bagé. Por conveniência, o hidroavião foi descarregado e entregue na ilha Fernando Noronha. Apenas no dia 11 de Maio foi possível aos aviadores tentarem fazer o percurso Fernando Noronha – Penedos – Fernando Noronha. No regresso de Penedos a Fernando Noronha, o motor teve uma avaria e Sacadura Cabral foi forçado a amarrar em pleno mar, fora da linha das rotas dos navios mercantes da Europa para o Rio de Janeiro. Passado algum tempo, verificaram que os flutuadores metiam

água e que tinham junto a si tubarões a nadar entre os flutuadores... Não se incomodaram com isso, porque, na verdade, a preocupação maior era a aproximação do cair da noite sem terem qualquer comunicação. O hidroavião não dispunha de aparelho TSF. Entretanto, os flutuadores iam-se afundando. O cruzador República, quando se apercebeu que o hidroavião não regressava, emitiu um aviso à navegação para os procurarem e iniciou uma busca em direção aos Penedos. Já noite alta, com flutuabilidade para apenas uma ou duas horas, é que conseguiram comunicar por sinais luminosos com um navio mercante inglês, o





Paris City, que os recolheu e comunicou ao mundo que estavam salvos, após nove horas de naufrágio. De manhã, o cruzador República encontrou-se com o Paris City, os naufragos passaram para bordo do navio da Marinha portuguesa. Relata Sacadura Cabral que ficou impressionado com a forma emotiva com que foram recebidos a bordo.

Depois deste acidente e naufrágio, o Governo português mandou para a ilha Fernando Noronha, pelo cruzador Carvalho Araújo, o último hidroavião disponível.

O Carvalho Araújo chegou a Fernando Noronha a 3 de Junho; a 5, os aviadores retomaram a viagem agora até Recife e foram avançando por etapas: Baía, Porto Seguro, Vitória e, por fim, Rio de Janeiro, onde chegaram a 17 de Junho, concluindo deste modo a viagem iniciada junto à Torre de Belém pelas 7 horas do dia 30 de Março, rumo a las Palmas e, seguidamente, a Cabo Verde – Mindelo. Foram recebidos em apoteose pela comunidade portuguesa e pelo povo brasileiro em todas as cidades do Brasil por onde passaram. Vitoriam-nos e abraçavam-nos, a ponto de Sacadura Cabral dizer: “Já não sei se sou português ou se sou brasileiro”.

Do ponto de vista científico e de navegação aérea, o sucesso já tinha sido obtido quando chegaram e amaram nos Penedos, provando que o seu método de navegação e os seus cálculos eram rigorosos. Contudo, para melhor se compreender o sucesso da viagem não obstante as enormes dificuldades, avarias e acidentes de percurso, interessa conhecer quais foram os problemas que ocorreram e assinalar os fatores e razões que levaram a tal sucesso e ao avanço científico que constitui património da humanidade.

Problemas e avarias:

- O óleo do motor que parece sair pelo escape pouco depois da partida suja

tudo, óculos e olhos do piloto e do navegador, dificultando bastante a visibilidade e a navegação; concluíram mais tarde que tinha sido excesso de óleo no tanque, ou seja, o tanque estava demasiado cheio no momento da partida.

- O hidroavião Lusitânia tem tendência a “cabrar” (levantar o nariz), o que obriga a maior esforço e fadiga do piloto.
- Próximo da chegada a Las Palmas, ocorre a rotura da chapa de fixação dos cabos que ligam a fuselagem e asas aos flutuadores; esta avaria voltou a suceder no último hidroavião, na etapa para Porto Seguro.
- Agulha de governo tonta na etapa inicial, devido a vibração da caixa; problema resolvido de forma expedita pelo piloto.
- Avaria da bomba de trasfega de combustível para o tanque de gravidade, o que obrigou Gago Coutinho a ser o operador da bomba manual alternativa e inspirou uma das suas frases típicas “sem me gabar, eu fui o homem humilde que, dando à bomba, contribuiu para dar tanta alegria ao povo português”.
- Falta de locais e instalações ao longo do percurso, onde pudessem ser reparadas as avarias; espaços de manobra acanhados ou com obstáculos para a descolagem; más condições de vento; água nos flutuadores, o que aumentava a carga; mau tempo e falta de visibilidade. Dificuldades que obrigaram à mudança do local de descolagem em Las Palmas de La Luz para Gando e a fazer a segunda etapa para São Vicente-Mindelo em vez de Santiago (cidade da Praia).
- Um flutuador partiu-se.
- Afundamento e perda de dois hidroaviões na zona dos Penedos.

Razões do sucesso:

- Completo empenhamento da Marinha, da Aviação Naval, de todo o seu pessoal técnico, e de três ministros da Marinha, sendo o terceiro Victor Hugo de Azevedo Coutinho. A Marinha disponibilizou quatro navios para apoio técnico e logístico da viagem, em articulação com tarefas de instrução e treino: o cruzador República, onde embarcou uma equipa de engenharia e mecânicos para suporte técnico – apoio em Las Palmas, Cabo Verde, Penedos e Recife; o aviso 5 de Outubro – apoio em Cabo Verde (São Vicente e Praia); canhoneira Bengo, em Las Palmas e Cabo Verde; cruzador Carvalho Araújo, na ilha Fernando Noronha e no Recife.
- Qualidades e capacidades excepcionais de Gago Coutinho e de Sacadura Cabral nos domínios científico, técnico e profissional. Gago Coutinho inventou o sextante de horizonte artificial, os dois inventaram o corrector de rumos, Gago Coutinho produziu novas cartas de navegação usando um método de projecção cilíndrica.
- Grande resistência física e psicológica e enorme confiança em si próprios dos dois aviadores.
- Total confiança de cada um nas capacidades, valor e qualidades do companheiro.
- Gago Coutinho e Sacadura Cabral souberam sempre onde estavam, nunca falharam o ponto de chegada nem perderam o controlo das situações, mesmo em condições limite.

O relatório de Gago Coutinho é uma notável lição científica de navegação astronómica – princípios e práticas. A preparação de tabelas e a realização de cálculos prévios permitiram efectuar em poucos minutos, no máximo cinco, os cálculos e marcar sobre a carta de navegação as sucessivas retas de altura e pontos ao meio dia com igual rigor ao da navegação marítima. Nas 36 horas que voaram sem avistar terra, Gago Coutinho conseguiu marcar 96 retas de altura, o que dá uma média de uma reta por cada 23 minutos, controlando sucessivamente – a cerca de cada 30 milhas – a posição sobre a linha de rumo seguido. Aproaram aos Penedos seguindo a linha do meridiano do lugar, muito antes de avistarem os Penedos e o República,

que se encontrava nas proximidades.

Gago Coutinho foi muito mais do que o homem humilde que deu à bomba. Dele e do seu companheiro, quando em Africa nos trabalhos de delimitação de fronteiras, diziam os guias e carregadores africanos: “Estes brancos nunca se perdem, porque, chegada à noite, perguntam às estrelas onde estão”. Gago Coutinho, no fim da viagem, escreveu: “Nunca falhámos o ponto de destino, o problema da navegação aérea está resolvido. Ficou provado que será fácil a outros aviadores, embora menos experientes que nós, empreenderem grandes travessias sobre o mar, fiando-se nas observações astronómicas”.

Sacadura também tem pensamentos e frases assinaláveis: no momento que foi para si o mais difícil da viagem, a sua preocupação não era o risco que corriam de cair no mar tempestuoso onde “nem a alma se lhes aproveitaria”. Quando partiram de Lisboa, tinham “colocado a vida na despesa”; por isso, a sua preocupação era ficar sem combustível e ter de poisar no mar num qualquer ponto. Quando os recuperassem, se recuperassem, diriam sempre que eles se tinham perdido e que não sabiam onde estavam, que tinham falhado a navegação

aérea como anteriormente já acontecera a americanos e ingleses. O seu brio profissional e vontade de afirmarem a sua capacidade e saber era bem maior do que todos os riscos que poderiam correr. A morte de Sacadura Cabral dois anos mais tarde no Mar do Norte viria a provar que o risco estava sempre presente. Para eles, o risco era um dado adquirido, que assumiram à partida, colocando, como se disse, a vida... na despesa!

Gago Coutinho e Sacadura Cabral realizaram um feito ímpar na nossa História, contribuíram para o avanço da ciência e para o progresso da Humanidade. Foram homens extraordinários nas suas múltiplas dimensões. A UNESCO classificou o seu feito como Património da Humanidade e incluiu o seu relatório no Registo da Memória do Mundo.

Reconhecer e homenagear estes homens é um dever de todos.

Atribuir ao aeroporto internacional de Faro o nome do Almirante Gago Coutinho é uma justa homenagem que o Algarve pode prestar, hoje, ao homem que tem raízes na nossa terra!

**Martins Guerreiro**

## COMUNICAÇÕES NAVAIS ANTES DO ADVENTO DA TSF



Portugal, pela sua localização atlântica e pelos feitos históricos nos descobrimentos de “novos caminhos marítimos e de novos mundos”, foi considerado por muita gente um “Um País de Marinheiros”, os quais, desde sempre tiveram necessidade de boas comunicações navais.

Alguém dizia e com muita razão, que “São Brás de Alportel é um miradouro de horizontes de mar e serra”.

Ter por horizonte o mar, teria contribuído para despertar os são-brasenses para a bela arte de mareante. Era frequente, ouvir-se dizer que São Brás de Alportel era uma terra de Almirantes.

Logicamente se era Terra de Almirantes (Oficiais Generais), também o era, por hierarquia na Armada e com muito mais probabilidade, terra de Grumetes, Marinheiros, Sargentos, Oficiais Subalternos, Oficiais Superiores.

Assim sendo, as comunicações, desde muito cedo, tiveram enorme importância para a gente marinheira de S. Brás de Alportel. Terra que forneceu e fornece formandos para as Escolas Técnicas de Marinha, das quais saíram e saem excelentes profissionais, que muito ampliam o conhecimento de novas tecnologias a nível nacional.

Obviamente que as comunicações navais nasceram com o primeiro barco. Mas, os seus fundamentos e os das comunicações em geral, são bastante mais antigos, e vão enraizar nos tempos em que o homem começou a falar e as coisas e as pessoas se transportavam na água, sobre troncos de árvore, ou em cima de jangadas.



A palavra e o gesto foram, decerto, os primeiros meios de que o homem se serviu para transmitir aos outros o seu pensamento e os seus conhecimentos; e, sem eles, é de crer que o homem não teria passado ainda do estado do troglodita.

Todavia, pouco se avançou e praticamente se estacionou, até à invenção da escrita.

Além da palavra e do gesto, o assobio, os gritos, as labaredas e o fumo das fogueiras, o som e algumas sinalizações, usadas pelo “Homo Sapiense” de há 250 mil anos, acrescentadas posteriormente com a impressividade da arte pré-histórica, os diagramas, os símbolos e certas representações taquigráficas do “Homem Moderno”, de há 35 mil anos, foram provavelmente, os meios de que os homens dispunham para comunicar durante a “Idade da Pedra”.

A escrita ainda não existia; e, sem ela, parece que, realmente, não teria sido possível ir mais longe.

Aos sumérios, povo que se estabeleceu na Mesopotâmia a partir de 5000 a.C., foi-lhes atribuída a invenção da primeira forma de escrita da humanidade.

Não obstante tamanha importância nas relações humanas, a escrita foi durante milénios, apenas privilégio dos eruditos e dos legisladores e, talvez por isso, até fins da Idade Média (Século XV), os meios de comunicação, pouco ou nada evoluíram.

Dificuldades e situações idênticas, repetir-se-iam ainda durante mais algumas centenas de anos, até ao advento da TSF, no qual o Almirante Gago Coutinho muito contribuiu, no início do século XX.

**José Martins Lourenço**

*Capitão de Fragata*

## ONDE NASCEU GAGO COUTINHO?

### Onde nasceu Gago Coutinho?

—“Em Belem”—afiança-nos seu pae.

O pae de Gago Coutinho sofre muito dos olhos e como não podesse passar mais tempo sem a assistencia do seu medico, deixou na quinta feira os campos tranquilos de Santa Catarina da Fonte do Bispo, em Tavira, e seguiu para a capital, com bilhete de *ida e volta*.

Ao passar pela estação de Faro vinha em excelente disposição de palestra; esquecera os morteiros, os jornalistas, os vivas e trazia os nervos retemperados pela carinhosa e doce quietação da aldeia.

Ainda lhe não tinhamos perguntado pela naturalidade do filho. E por isso, aproveitando o excelente ensejo, experimentámos:

—Final, onde nasceu seu filho?

—Num predio da Calçada da Ajuda, em Belem. Conheço o predio e até agora lá querem pôr uma lápide.

—Mas então como se compreende que seu filho tivesse dito a varios amigos—alguns o affiançam—que era algarvio?

E como se compreende que ha pouco, no Brazil, referindo-se ás manifestações que ali se faziam, tivesse proterido esta frase: «se me fazem isto em Lisboa fujo para a minha terra? Parece, de certo, que não se considera natural de Lisboa?

—Pois se ele é de Belem! Quando nasceu, as portas da cidade

eram em Alcantara. Certamente que n'aquella frase queria referir-se em ir para os *saloios*.

—Tem então absoluta certeza: Gago Coutinho nasceu em Belem?

—Certeza absoluta. A não ser, é claro, que meu filho se lembre do seu nascimento melhor do que eu...

O pae de Gago Coutinho tem ainda aos 93 anos, como veem, um belo espirito e revelou, n'outras cousas que nos disse, uma excelente memoria.

Estamos convencidos que ela o não trae quando assegura a naturalidade do filho que, para consolo do nosso orgulho, é ainda um *descendente de Algarvios*.

### Agencia do Banco de Portugal em Faro

Está aberto o pagamento do dividendo das acções d'este Banco, referente ao 1.º semestre de 1922, todos os dias, das 11 ás 14 horas, na razão de 5% ou Esc. 500, por acção.

Pela Agencia do Banco de Portugal em Faro.

Os agentes

*M. Palloto*

No impedimento do Agente  
*Antonio Viegas Pinto*

# OUTROS

(PEQUENOS APONTAMENTOS SOBRE  
LIVROS, POESIA, PERSONAGENS, OLHARES,  
MEMÓRIAS, IMAGENS...)

# OLHARES

# ENCURTANDO DISTÂNCIAS: A CASA DA RODA DE FARO NO SÃO BRÁS DE ALPORTEL OITOCENTISTA<sup>1</sup>

## Expostos ou enjeitados: uma história multissecular

Qualquer estudo histórico que evidencie a realidade dos *expostos* ou *enjeitados* – designações atribuídas às crianças que eram abandonadas à nascença ou em tenra idade – evidencia, à luz dos dias de hoje, uma realidade muito distante, com a qual dificilmente nos identificaremos. O século XX trouxe progressos assinaláveis no que toca ao desenvolvimento institucional da assistência social e, em particular, à protecção e salvaguarda dos direitos, liberdades e integridade das crianças. Bastará, para tal, recordar que a *Convenção sobre os Direitos da Criança*, aprovada pela Organização das Nações Unidas a 20 de Novembro de 1989, é o tratado internacional de direitos humanos mais ratificado de sempre: foi ratificado por todos os países do mundo, com excepção dos Estados Unidos da América.

Longo foi o percurso, porém, até se chegar à realidade actual. Em períodos anteriores da nossa História, o abandono infantil era uma prática bastante frequente. Abandonava-se como alternativa ao infanticídio e devido a dois motivos principais: condições económicas precárias, pelo que os abandonos aconteciam sobretudo entre os grupos sociais mais

desfavorecidos e carenciados; e devido a situações de ilegitimidade dos recém-nascidos. Por vezes até, ambos os motivos andariam aliados. Foi uma realidade de tal forma comum, no mundo ocidental, que, a partir da época medieval, se foram desenvolvendo instituições destinadas ao acolhimento e assistência das crianças desvalidas, que evitavam que os recém-nascidos fossem abandonados em espaços públicos e ficavam incumbidas do seu acolhimento e criação. Em Portugal, as primeiras instituições fundadas para esse efeito remontam ao reinado de D. Dinis, resultando da iniciativa da rainha D. Isabel que funda, em 1321, o Hospital de Santa Maria dos Inocentes, em Santarém e, quatro anos depois, a Real Casa dos Expostos, em Coimbra.

Progressivamente, estas instituições de assistência foram criando mecanismos que favoreciam o abandono anónimo, como foi o caso da “roda”, isto é, da estrutura giratória cilíndrica, de madeira, onde as crianças eram depositadas, e que geralmente se localizavam nas misericórdias locais. Este tipo de estruturas surgiu nos conventos com o fim de possibilitar o ingresso de objectos no interior desses

<sup>1</sup> Este artigo resulta da investigação desenvolvida pela autora para o município de Faro, do qual se publicou a obra intitulada *Venire ad me! A Casa da Roda do Concelho de Faro. Contributo para a História da Assistência à Infância no Algarve, 1783-1872* (Faro: Câmara Municipal de Faro, 2021).



espaços religiosos, evitando o contacto das religiosas com o exterior. A pouco e pouco, a roda começou a ser adoptada pelas instituições que prestavam assistência aos expostos, dando origem às “casas da roda”. Estas incumbiam-se da salvação do corpo e da alma das crianças desvalidas: garantiam a sua sobrevivência, através dos serviços da *rodeira*, ou seja, da ama que prestava os primeiros cuidados e, como a mortalidade era muito elevada, cuidavam que estas fossem imediatamente baptizadas e evitassem, dessa forma, o limbo. As crianças eram, depois, reconduzidas para amas de leite, as quais ficavam encarregadas da sua “criação” futura. Em troca, estas mulheres recebiam um salário pelo serviço prestado. Apesar destas práticas assistenciais, uma percentagem muito elevada das crianças abandonadas acabava por morrer.

A Europa da Idade Média e, sobretudo, a Europa da Idade Moderna viriam a assistir a uma proliferação de instituições destinadas a assistir aos expostos, movimento a que Portugal não foi alheio. Com a complexificação do mapa religioso europeu, a partir do século XVI, o desenvolvimento deste tipo de instituições de abandono anónimo fez-se particularmente nos países católicos, o que teria contribuído para uma situação nefasta de massificação do abandono que não ocorreu nos países protestantes. No contexto português, são particularmente relevantes as *Ordenações Manuelinas*, uma vez que aí surge, pela primeira vez, o corpo jurídico que previa a generalização da assistência e protecção destas crianças a todo o reino: todos os concelhos que ainda não possuísem instituições

de assistência aos expostos, tais como os hospitais e as albergarias, deveriam instituí-las, ficando a cargo dos municípios e respectivas autoridades locais a administração e os custos da criação dessas crianças.

Com a generalização das misericórdias pelo território nacional, sobretudo no século XVI, desenvolvem-se dois modelos assistenciais. Nos grandes centros urbanos, as câmaras municipais providenciavam o suporte financeiro de todos os custos, mas eram as misericórdias que se incumbiam da administração da criação dos expostos. Na grande maioria dos concelhos portugueses, porém, as misericórdias ficaram quase totalmente alheadas dos processos de administração e criação dos enjeitados e as suas funções resumiam-se unicamente à assistência médica nos seus hospitais<sup>2</sup>. Nos séculos XVII e XVIII, a maioria dos concelhos enquadrava-se neste último modelo, no qual as autoridades concelhias assumiam para si, na totalidade, não só o encargo financeiro como toda a parte logística de administração e criação dos expostos<sup>3</sup> – foi este o caso do concelho de Faro.

Nos finais do Antigo Regime e, sobretudo, no século XIX, período de desenvolvimento industrial, o aumento demográfico e o agravamento das desigualdades económicas e sociais conduz a uma massificação do abandono. Nessa época, as autoridades municipais e estatais assumem um papel mais activo na assistência às crianças abandonadas. A 24 de Maio de 1783, uma ordem-circular da Intendência Geral da Polícia determinava que em todas as vilas do território deveriam existir casas da roda onde fosse possível abandonar as crianças de forma anónima, despenalizando

<sup>2</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*. Dissertação de Doutoramento em História, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2004, pp. 103-104.

<sup>3</sup> LOPES, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 80.

os expositores<sup>4</sup>. Determinava também que os enjeitados deveriam ser entregues, para criação, a uma ama externa, sob a supervisão do Juiz de Fora, estando todas as despesas a cargo dos rendimentos do concelho. As crianças ficavam sob o cuidado das amas até perfazerem sete anos, idade a partir da qual estariam aptas a desempenhar algum tipo de trabalho para ganharem o seu sustento e vestuário, devendo ser então distribuídas “*pelas herdades, quintas e fazendas das circunvisinhanças*”<sup>5</sup>.

A 19 de Setembro de 1836, uma lei de Passos Manuel procurou reorganizar o funcionamento institucional das rodas, decretando o fim da parceria entre misericórdias e municípios (com a exceção da Misericórdia de Lisboa). As autoridades civis ficavam, doravante, incumbidas de prestar a totalidade da assistência e caberia às Juntas Gerais de Distrito a gestão das despesas com os expostos, impondo a cada concelho sob a

sua superintendência uma determinada contribuição. As mesmas Juntas decidiriam, também, o número e localização das Rodas. Os municípios ficavam incumbidos da administração particular da roda instituída nesse concelho, fiscalizados pelas Autoridades Superiores Administrativas do Distrito.

Perante as elevadas taxas de mortalidade entre os expostos, ao longo do século XIX foram, porém, aumentando as vozes que se opunham ao funcionamento das rodas e à falta de condições sanitárias, alegando também que a existência de tal oferta promovia o anonimato e desresponsabilizava os expositores, tendo contribuído para o aumento do número de crianças expostas. As vozes críticas sugeriam, pois, um novo modelo assistencial mais condigno<sup>6</sup>, reivindicações estas que acabariam por produzir efeitos já nos finais da década de 1860 e na década de 1870, com a extinção das casas da roda e sua substituição por hospícios<sup>7</sup>.

## As casas da roda no Algarve: o caso de São Brás de Alportel

A falta de estudos e/ou ausência de fontes documentais para os concelhos algarvios, sobretudo antes do período liberal, não permite determinar com toda a segurança as origens e estabelecimentos das casas da roda na região. Anteriores à carta-circular da

Intendência Geral da Polícia, de 1783, existiriam, pelo menos, as rodas de Faro<sup>8</sup>, Loulé<sup>9</sup>, Silves e Lagoa, e muito provavelmente também as de Lagos e Tavira, numa rede assistencial que cobria, assim, pelo menos as mais importantes localidades algarvias.

<sup>4</sup> *Ordem-circular de 24 de Maio de 1783, citada no Jornal de Coimbra, nº15, Março de 1813, pp. 230-232.*

<sup>5</sup> *Ibidem, p. 231.*

<sup>6</sup> PAULINO, Joana Vieira, “A política assistencial face aos expostos: estudo de caso do encerramento da roda dos enjeitados na Lisboa Oitocentista”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 17, 2007, pp. 216-220.

<sup>7</sup> LOPES, Maria Antónia, *Op. Cit.*, 2010, p. 86.

<sup>8</sup> FIDALGO, Andreia, *Venire ad me! A Casa da Roda do Concelho de Faro. Contributo para a História da Assistência à Infância no Algarve, 1783-1872. Faro: Câmara Municipal de Faro, 2021.*

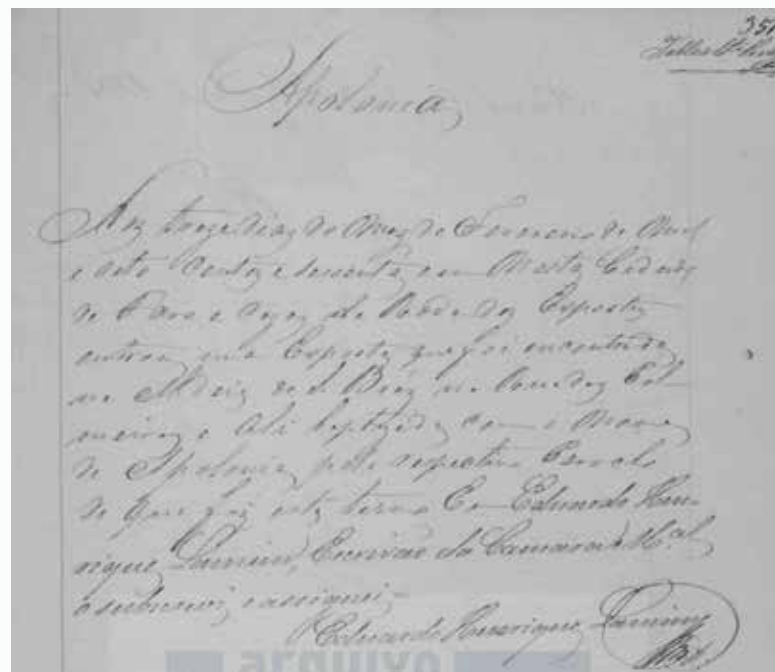
<sup>9</sup> CORTES, Nuno Osório, “O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)”, in *Al-'Ulyà, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº3, 1994.*

No período liberal, após a lei de 19 de Setembro de 1836, a Junta Geral do Distrito de Faro estabeleceu, nas sessões decorridas entre 1837 e 1838, um novo modelo administrativo de assistência aos expostos no Algarve<sup>10</sup>. Existiam, à época, quinze concelhos na região, e a Junta Geral determina que em todos eles deveriam existir rodas em pleno funcionamento: Faro, Olhão, Tavira, Castro Marim, Alcoutim, Vila Real de Santo António, Loulé, Albufeira, Lagoa, Silves, Monchique, Portimão, Lagos, Vila do Bispo e Aljezur.

É neste contexto liberal específico que tem particular relevância referir São Brás de Alportel. Antes de mais, deve notar-se que, à data, o concelho que actualmente conhecemos ainda não se tinha constituído. São Brás de Alportel era, então, uma freguesia do concelho de Faro, que apenas viria a ter autonomia concelhia durante a Primeira República, em 1914. Ainda assim, quando a Junta Geral do Distrito de Faro define que todos os concelhos algarvios deveriam ter rodas em funcionamento, vai adicionalmente estipular que, no concelho de Faro, deveria ser também criada uma roda em São Brás de Alportel, a par dos concelhos de Silves e Alcoutim, onde também deveria ser criadas as rodas de São Bartolomeu de Messines e Martim Longo, respectivamente. O intuito desta medida adicional passava por minorar os danos da condução dos expostos, já de si muitas vezes com saúde fragilizada, em distâncias mais longas, assim como cobrir zonas serranas mais isoladas<sup>11</sup>.

A necessidade de criação desta roda aparece corroborada pelo abandono algo frequente de

crianças na freguesia de São Brás de Alportel (Fig. 1). Ainda que a larga maioria dos abandonos se fizesse directamente na casa da roda de Faro, quando estes aconteciam fora da roda, São Brás de Alportel surge como uma das freguesias do concelho onde esta realidade era mais frequente (Quadro 1<sup>12</sup>). Acresce que a estes abandonos se poderiam somar, seguramente, os que se fariam na roda de Loulé, localidade mais próxima de São Brás de Alportel.



**Figura 1** - Assento de entrada, a 13 de Fevereiro de 1861, na casa da roda de uma criança exposta, de nome Apolónia, encontrada na Rua das Palmeiras em São Brás e aí baptizada. FONTE: Arquivo Histórico Municipal de Faro, Fundo Documental da Câmara Municipal de Faro: Expostos. Termos de entrada e saída dos expostos na Roda, livro 13, fol. 351, PT MFAR CMFAR-P-A-003-0013

<sup>10</sup> *Idem*, "O sistema liberal da roda dos expostos. O exemplo da administração algarvia (1820-1884)", in *Actas do III Encontro da Associação Ibérica de Demografia Histórica*, vol. III. Porto: Afrontamento, 1995, pp. 127-138.

<sup>11</sup> CORTES, Nuno Osório, *Op. Cit.*, 1994, pp. 53-57.

<sup>12</sup> *Fontes documentais: Arquivo Histórico Municipal de Faro, Fundo Documental da Câmara Municipal de Faro: Expostos. Termos de entrada e saída dos expostos na Roda, livs. 12 a 15, PT MFAR CMFAR-P-A-003-0012 a PT MFAR CMFAR-P-A-003-0015.*

	1855	1858	1861	1864	1867
<b>Roda</b>	101	111	136	80	107
<b>Freguesias urbanas: Sé e S. Pedro</b>	---	---	2	2	3
<b>São Brás de Alportel</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>8</b>
<b>Sta. Bárbara de Nexe</b>	2	2	1	2	1
<b>Estoi</b>	2	1	1	11	10
<b>Conceição</b>	---	---	1	---	2
<b>Fora do concelho</b>	---	---	---	30	43

**Quadro 1**

*Locais de abandono dos expostos no concelho de Faro*

Logicamente, a leitura destes dados deve ser também correlacionada com a própria demografia das freguesias do concelho fareense. Em 1801, com excepção de Olhão – elevada a vila em 1808 e com concelho oficialmente constituído em 1826 – é em São Brás que

encontramos a freguesia mais populosa. Em 1849 e 1864 ocupa, indubitavelmente, a situação cimeira quanto ao número de habitantes do concelho (Quadro 2<sup>13</sup>), o que também ajuda a justificar a necessidade de se estabelecer, aí, uma roda dos expostos.

	1801	1849	1864
São Pedro	3325	3459	3839
Sé	4011	3381	4258
São Brás de Alportel	3128	5317	6015
Conceição de Faro	486	a)	965
Estoi	2597	3504	3990
Moncarapacho	1903	--	--
Santa Bárbara de Nexe	1859	2372	3680
Olhão	4736	--	--
Pechão	647	--	--
Quelfes	670	--	--
São João da Venda	392	a)	--
<b>Total</b>	<b>23754</b>	<b>18033</b>	<b>22747</b>
<i>a) Sem dados disponíveis</i>			

**Quadro 2**

*Nº de habitantes por freguesia no concelho de Faro*

<sup>13</sup> Fontes demográficas: *População. Censo nº1 de Janeiro 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868; SILVEIRA Luís Nuno Espinha da (coord.), *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*, 3 vols. Lisboa: INE, 2001.



A casa da roda de São Brás de Alportel deveria entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1839, tal como fora estabelecido pela Junta Geral do Distrito de Faro. No entanto, o seu funcionamento nunca se concretizou e trouxe problemas desde a primeira hora. A edilidade farense opôs-se à sua criação, utilizando como argumento a ideia de que a sua existência poderia servir como incentivo ao abandono de crianças dos concelhos vizinhos limítrofes<sup>14</sup>. Desta forma, a casa da roda de São Brás nunca saiu do papel e as exposições que se verificassem

nessa freguesia deveriam desejavelmente continuar a ocorrer na casa da roda farense.

Regressando ao contexto regional, a partir de 1862, a Junta Geral do Distrito de Faro propõe uma diminuição do número de rodas na região. Das quinze anteriormente referidas, deveriam permanecer em funcionamento as de Faro, Tavira, Loulé, Silves e Lagos. Estas medidas não foram implementadas no imediato e o processo de extinção das rodas só chegaria ao seu término a 1 de Agosto de 1872, quando as rodas deram lugar a hospícios nas localidades supracitadas<sup>15</sup>.

## Caracterização do abandono

### a) Sobrevivência ou morte?

As fontes documentais da casa da roda de Faro não permitem, salvo raras exceções, extrair dados concretos sobre as origens das crianças abandonada. No entanto, considerando a importância demográfica de São Brás de Alportel, será sempre interessante traçar uma breve caracterização de carácter quantitativo do abandono desse concelho, para responder a questões como: qual o volume de entradas na casa da roda? Os expostos sobreviviam ou encontravam na morte um destino quase certo?

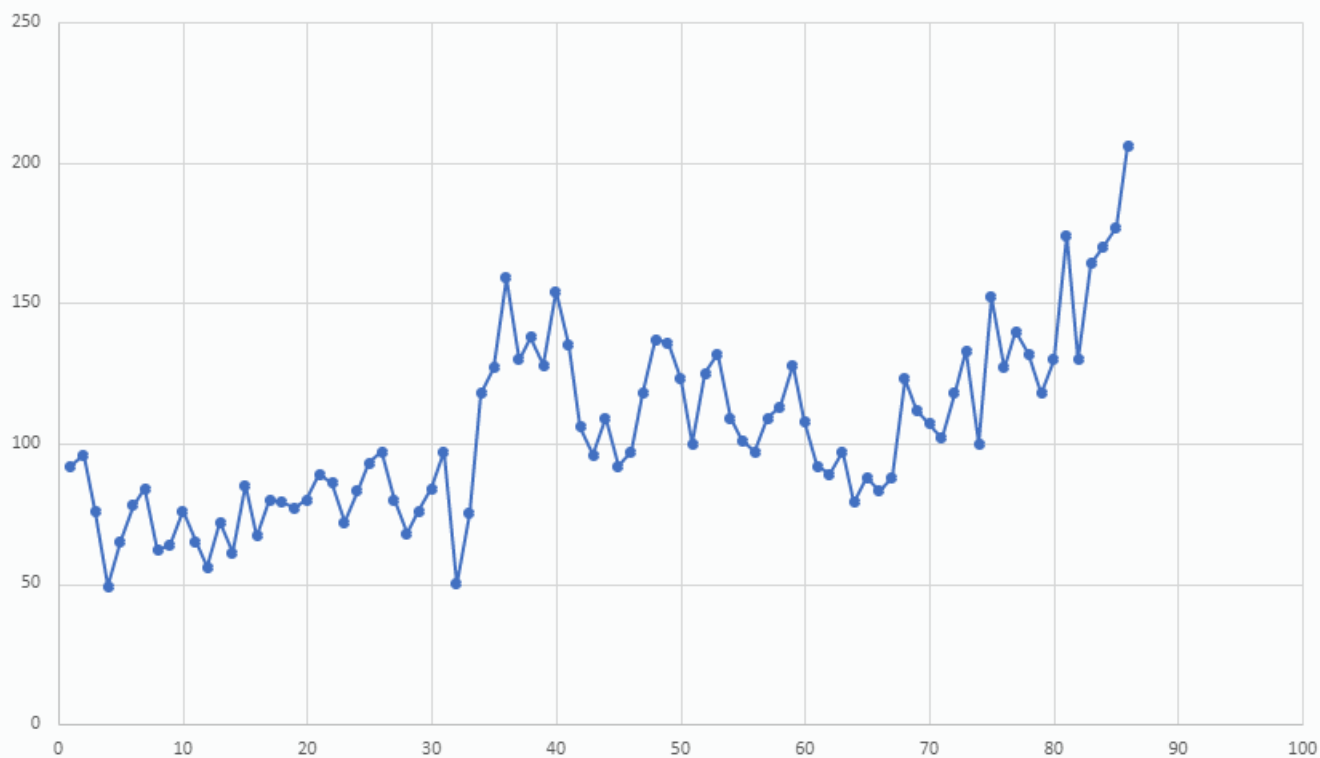
O número de entradas na roda de Faro, entre 1783 e 1872 (Gráfico 1<sup>16</sup>) permite evidenciar

que, a partir da década de 1820, o número de expostos cresce de forma considerável relativamente às décadas precedentes. Esse crescimento está em consonância com a ideia de que o problema das exposições se avoluma a partir do liberalismo, por um lado, mas, por outro lado, também deve ser visto à luz do progressivo aumento demográfico da população portuguesa, mais intenso nas últimas décadas do século XIX, o que ajuda a explicar o porquê de, na década de 60 e inícios da década de 70, o número de exposições ser, também, mais elevado do que nas décadas anteriores.

<sup>14</sup> CORTES, Nuno Osório, *Op. Cit.*, 1994, p. 56.

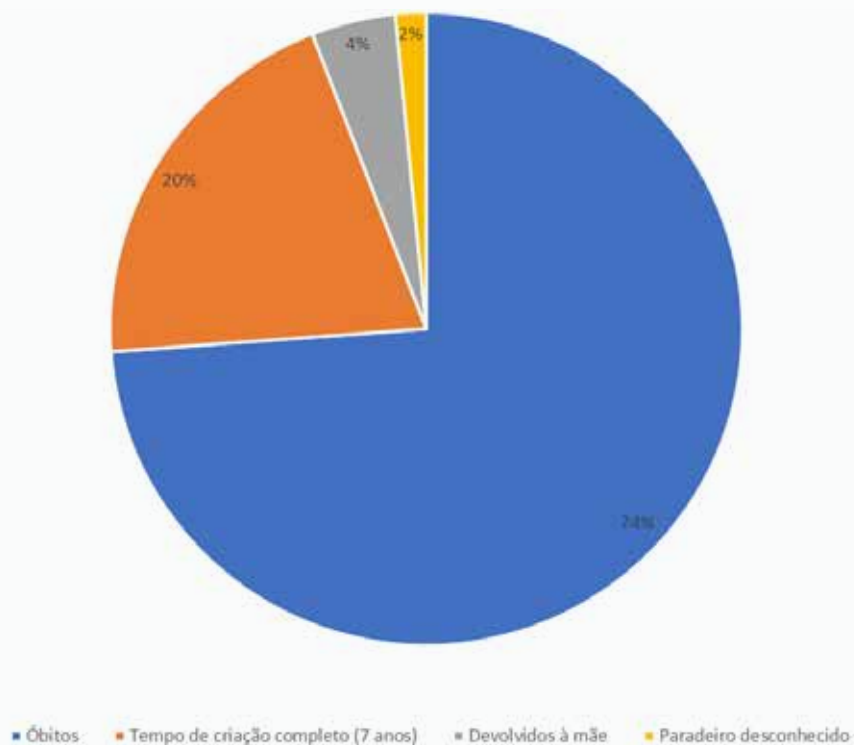
<sup>15</sup> Regulamento de 21 de Novembro de 1867, in *Collecção Official de Legislação Portuguesa: Anno de 1867*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 880-902.

<sup>16</sup> *Fontes Documentais: Arquivo Histórico Municipal de Faro, Fundo Documental da Câmara Municipal de Faro: Expostos. Assentos de entradas, pagamentos e criações, curas e enterros dos expostos, livros 14-21 (1782-1819): PT/MFAR/CMFAR/P-A/001/0014 a PT/MFAR/CMFAR/P-A/001/0021; Arquivo Histórico Municipal de Faro, Fundo Documental da Câmara Municipal de Faro: Expostos. Termos de entrada e saída dos expostos na Roda, livros 1-17 (1819-1874): PT/MFAR/CMFAR/P-A/003/0001 a PT/MFAR/CMFAR/P-A/003/0017. Estas mesmas fontes documentais servem de referência à análise quantitativa presente neste artigo, assim como ao gráfico seguinte.*



**Gráfico 1**

*Nº de Expostos que deram entrada na Casa da Roda de Faro (1783-1872)*



**Gráfico 2**

*Mortalidade global entre os expostos (1783-1872)*

Entrar na casa da roda era apenas a primeira etapa do infortúnio destas crianças. Poucos completavam o tempo da criação, isto é, atingiam os sete anos de idade. Observando a relação entre o número de expostos que davam entrada na roda de Faro e aqueles que, de facto, atingiam os sete anos, verifica-se que, em média, apenas 20% das crianças atingiam essa barreira. Qual era, então, o destino da esmagadora maioria? Dos 80% restantes, cerca de 4% foram recuperados pela mãe ou por ambos os pais; de 2% perdeu-se o rasto, surgindo por vezes indicações de que a ama desaparecera ou mudara de residência, levando

consigo o exposto, ou, em casos mais graves, que a criança provavelmente morrera, mas não teria sido feita a notificação oficial; e, de forma muitíssimo expressiva, desses 80%, uma média de cerca de 74% morriam antes de atingirem a barreira dos 7 anos (Gráfico 2). Em circunstâncias normais, à época, as crianças já estavam sujeitas a várias situações de risco, e ainda mais o estariam as crianças expostas. Eram crianças indesejadas, sujeitas a negligência desde o primeiro momento, frágeis, expostas a doenças, a diversos riscos, a défices de amamentação, entre muitos outros problemas<sup>17</sup>. O destino mais comum era, pois, o da morte precoce.

## b) O importante papel das amas externas

Às amas externas competia cuidar dos expostos até que estes perfizessem os sete anos. Estas cumprem, na verdade, uma função muito importante na vida do exposto, uma vez que contribuiriam para a sua integração familiar e social. Eram, geralmente, mulheres pobres, muito disseminadas pelas áreas rurais dos concelhos<sup>18</sup>, não raras vezes dedicadas a trabalhos associados à lavoura, constituindo assim a criação dos expostos um meio de sustento adicional na economia familiar ou, por vezes, mesmo o único.

Em Faro, as amas era maioritariamente casadas (92%), a que cresciam muito poucas viúvas (5%) e ainda menos solteiras ou “desobrigadas” (3%), isto é, sem obrigações familiares nem laços matrimoniais. Eram

casadas com marítimos, com artesãos (calceteiro, caldeireiro, canteiro, carpinteiro, cordoeiro, ferreiro, pedreiro, sapateiro...) ou com prestadores de serviços (aguadeiro, barbeiro...), transportes (carreiro) e comércio (revendão). Muitas vezes os maridos surgem inscritos na categoria de “trabalhador”, ou seja, sem actividade discriminada. Considerando a distribuição rural das moradas das amas, podemos inferir que entre estes trabalhadores se encontrariam aqueles que se empregariam, por exemplo, em actividades associadas à lavoura – consoante as épocas de maior procura, como a das colheitas – mas, também, em actividades marítimas ou noutra tipo de serviços de que houvesse procura, eventualmente associada à sazonalidade.

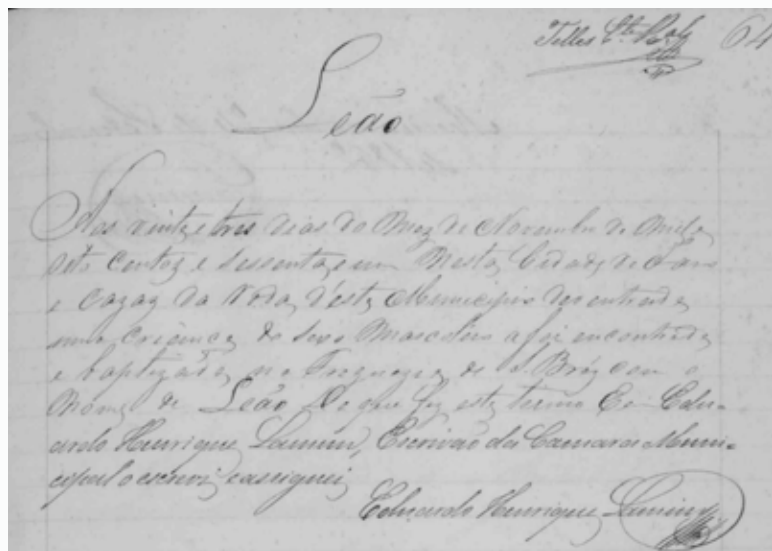
<sup>17</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, pp. 55-56.

<sup>18</sup> LOPES, Maria Antónia, “As mulheres e as famílias na assistência aos expostos. Região de Coimbra (Portugal), 1708-1839”, in *Caderno espaço feminino*, vol. 26, nº2, 2013, pp. 290-322.

No que diz respeito à distribuição geográfica, é interessante notar que, nos finais do século XVIII e primeiras duas décadas do século XIX, a maioria das amas tinha residência na cidade de Faro; a partir da década de 1820, há uma clara incidência geográfica nas áreas mais rurais do concelho, muito particularmente nas freguesias de Estoi, Conceição de Faro e, também, **São Brás de Alportel** – aqui residiam, dependendo dos períodos, cerca de 9% das amas externas do concelho (Fig. 2). Estas mulheres asseguraram durante séculos o cuidado aos desvalidos, contribuindo para a sua inserção numa realidade familiar e para a sua integração na sociedade. O papel que cumpriram não foi, pois, de somenos importância: para além de garantirem a sobrevivência destas crianças abandonadas, contribuía para lhes conferir uma identidade familiar e social que haviam perdido após o abandono anónimo na roda.

### c) Após os sete anos...

Os expostos que ultrapassavam a barreira dos sete anos ficavam sob a superintendência do juiz dos órfãos, que deveria proceder, com estas crianças, da mesma forma que fazia com os órfãos, ou seja, procurar-lhes casas que os quisessem aceitar como criados, sem pagamento, a troco de alimento, vestuário e educação. Era a partir dos doze anos que as crianças receberiam salário pelos seus serviços, sendo integradas oficialmente no mercado de trabalho. Os juizes dos órfãos – sob cuja alçada os expostos ficavam até completarem vinte e um anos – deveriam também preocupar-se em os direccionar para a aprendizagem de um ofício, de acordo com as suas vocações particulares.



**Figura 2** - Registo da entrega da exposta Amélia, a 15 de Janeiro de 1837, à ama Maria Rosa, mulher de Lourenço de Mendonça, do Sítio do Desbarato de São Brás. FONTE: Arquivo Histórico Municipal de Faro, Fundo Documental da Câmara Municipal de Faro: Expostos. Termos de entrada e saída dos expostos na Roda, livro 6, fol. 167, PT MFAR CMFAR-P-A-003-0006.

Estas normativas destinavam-se a evitar que, após os sete anos, estas crianças fossem deixadas ao abandono, entregando-se à mendicidade, ao vício e mesmo à morte. O que se verificava na prática, porém, é que a grande maioria dos expostos acabava por ficar com as amas e suas famílias. Findo o tempo da criação, a ama deixava de receber o vencimento mensal, mas em contrapartida o exposto poderia auxiliar e contribuir activamente para a economia familiar, aprendendo e ocupando-se de qualquer uma actividade ou ofício. Terminada a criação, o tempo transcorrido teria já permitido, também, o estabelecimento de laços familiares entre o exposto e as famílias, que acabariam por adoptá-lo de forma mais permanente.



## Considerações finais

A presença de um elevado número de amas externas em São Brás de Alportel torna muito presumível a hipótese de que alguns dos expostos para aí levados no tempo da criação, acabassem por aí permanecer após os sete anos, chegando mesmo a constituir famílias próprias. No entanto, apenas uma análise cuidada dos registos paroquiais poderá responder a esta questão com maior segurança e rigor.

O que se nos apraz lembrar, em jeito de conclusão, é que São Brás de Alportel esteve na

mira das reformas assistenciais liberais, quando a Junta Geral do Distrito de Faro decidiu que aí deveria existir também uma casa da roda, de forma a colmatar o problema do transporte dos expostos em distâncias mais longas. A sua criação visava, pois, encurtar as distâncias, mas nunca passou de um intento malogrado devido às resistências assumidas pela Câmara Municipal de Faro. Assim, nunca se concretizou uma assistência mais condigna aos expostos da freguesia sambrasense.



### ANDREIA LOPES FIDALGO

**Andreia Fidalgo** (n. 1986, Castelo de Vide) é Doutorada em História pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Desempenha, actualmente, funções docentes como Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. É Mestre em História do Algarve (2013) e licenciada em Património Cultural, pela Universidade do Algarve (2009). Enquanto investigadora, integra a equipa do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), e é também membro do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta. A sua investigação mais recente tem-se focado na Época Moderna, mais especificamente nos finais do Antigo Regime e nas políticas reformistas ilustradas da época, seus impactos e repercussões. É autora de vários artigos, capítulos e livros no âmbito da sua área de investigação, e tem estado envolvida na organização de encontros científicos e participado em diversos projectos de investigação.

# NOVOS AUTORES DESTA EDIÇÃO



## ALMIRANTE MANUEL BEIRÃO MARTINS GUERREIRO

**Manuel Beirão Martins Guerreiro**, nasceu a 11 de outubro de 1940 na Fonte da Murta, frequentou a escola primária no sítio do Corotelo, São Brás de Alportel, é um dos grandes nomes da História de Portugal pela sua participação no movimento do 25 de Abril.

Frequentou a Escola Naval, licenciou-se em Ciências Militares e Náuticas e em Engenharia Naval e Mecânica, pela Faculdade de Engenharia de Génova (Itália).

Participou, ativamente, na organização do movimento político na Marinha desde 1970 e na preparação do 25 de Abril de 1974, onde integrou vários órgãos do **Movimento das Forças Armadas** (MFA).

Chefiou o Gabinete do Chefe do Estado Maior da Armada entre 1974 e 1975 e fez parte do Conselho de Revolução desde a sua criação, 1975, até à sua extinção em 1982.

Na sua vida profissional, foi promovido a Guarda-Marinha em 1962 e, sucessivamente, aos vários postos até Contra-Almirante que atingiu em 1997, passando à reserva em 1999, por limite de idade.

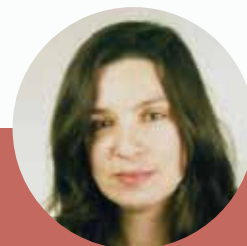
Entre 2002 e 2004, foi Presidente do Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Foi condecorado diversas vezes pelos seus serviços distintos e mérito militar. Destaca-se entre outras, a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade que lhe foi atribuída pelo Presidente da República, pela sua participação no 25 de Abril de 1974.

Homem de causas, é sócio de diversas Associações de natureza profissional, cultural e humanitária e movimentos cívicos. É atualmente contra-almirante ECN reformado.

Atualmente, encabeça o Movimento "**Cidadãos pelo Aeroporto Gago Coutinho**", um movimento cívico que defende a atribuição do nome de Gago Coutinho como patrono do Aeroporto Internacional de Faro.

## CARLA MARGARIDA GERALDES MATEUS



Carla Margarida Geraldês Mateus nasceu em Almada, a 6 de abril de 1970.

Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas – Variante Estudos Portugueses e fez Estágio do Ramo de Formação Educacional, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

É professora do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, desde 1992, tendo lecionado em Almada, Setúbal, Lisboa, Oeiras e Cascais.

Sempre desejou morar numa terra como São Brás de Alportel, berço de parte da sua família paterna, e desde 2001 que realiza esse sonho. Nesta vila, tem dedicado a vida profissional à formação integral dos alunos da Escola Básica 2.3 Poeta Bernardo de Passos, não só como professora de Português (desde 2001), mas também como professora bibliotecária (de 2006 a 2009). Desde 2013 que é professora bibliotecária nas bibliotecas escolares do Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas.



## VÍTOR MANUEL CONTREIRAS BARROS

Vítor Manuel Contreiras Barros nasceu no sítio da Fonte da Murta em 1962. Frequentou a escola primária no sítio do Corotelo onde começou a fazer as primeiras redações, verdadeiros tesourinhos que ainda hoje guarda religiosamente. Foi também aí que começou a despertar para o gosto pela leitura. Foi assíduo leitor da Biblioteca Itinerante Calouste Gulbenkian até à sua extinção.

Completo os estudos no Liceu João de Deus em Faro. Trabalhou cerca de vinte e cinco anos na empresa “Amândio Dias”. É atualmente funcionário da Câmara Municipal de São Brás de Alportel.

Tem dois livros publicados.

**DIRETOR**

José d'Encarnação

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

José do Carmo Correia Martins  
José Manuel Antonino Belchior

**COLABORAM NESTA EDIÇÃO**

Andreia Lopes Fidalgo  
Carla Margarida Geraldês Mateus  
César da Luz Correia  
Dora Nunes Gago  
José do Carmo Correia Martins  
José Manuel Antonino Belchior  
José Manuel Varela Pires  
José Martins Lourenço  
Manuel Beirão Martins Guerreiro  
Vitor Manuel Contreiras Barros

**CAPA**

José Amândio Afonso Pereira

**PAGINAÇÃO**

Telma Clara

**TIRAGEM**

200 Exemplares

**PERIODICIDADE**

Semestral

**N.º DE REGISTO NA ERC**

127504

**PROPRIETÁRIO/EDITOR**

José do Carmo Correia Martins  
as1646267@sapo.pt

**SEDE & REDAÇÃO**

José do Carmo Correia Martins  
Sítio do Farrobo, 956 A  
8150-032 São Brás de Alportel

**IMPRESSÃO**

Pixartprinting  
Via 1º Maggio, 8  
30020 Quarto d'Altino VE  
Itália



# S B A

## REVISTA DE CULTURA

uma revista suportada por um grupo de cidadãos,  
maioritariamente com origens são-brasenses,  
empenhados na divulgação dos comportamentos, tradições, história  
e conhecimento  
do concelho de São Brás de Alportel.

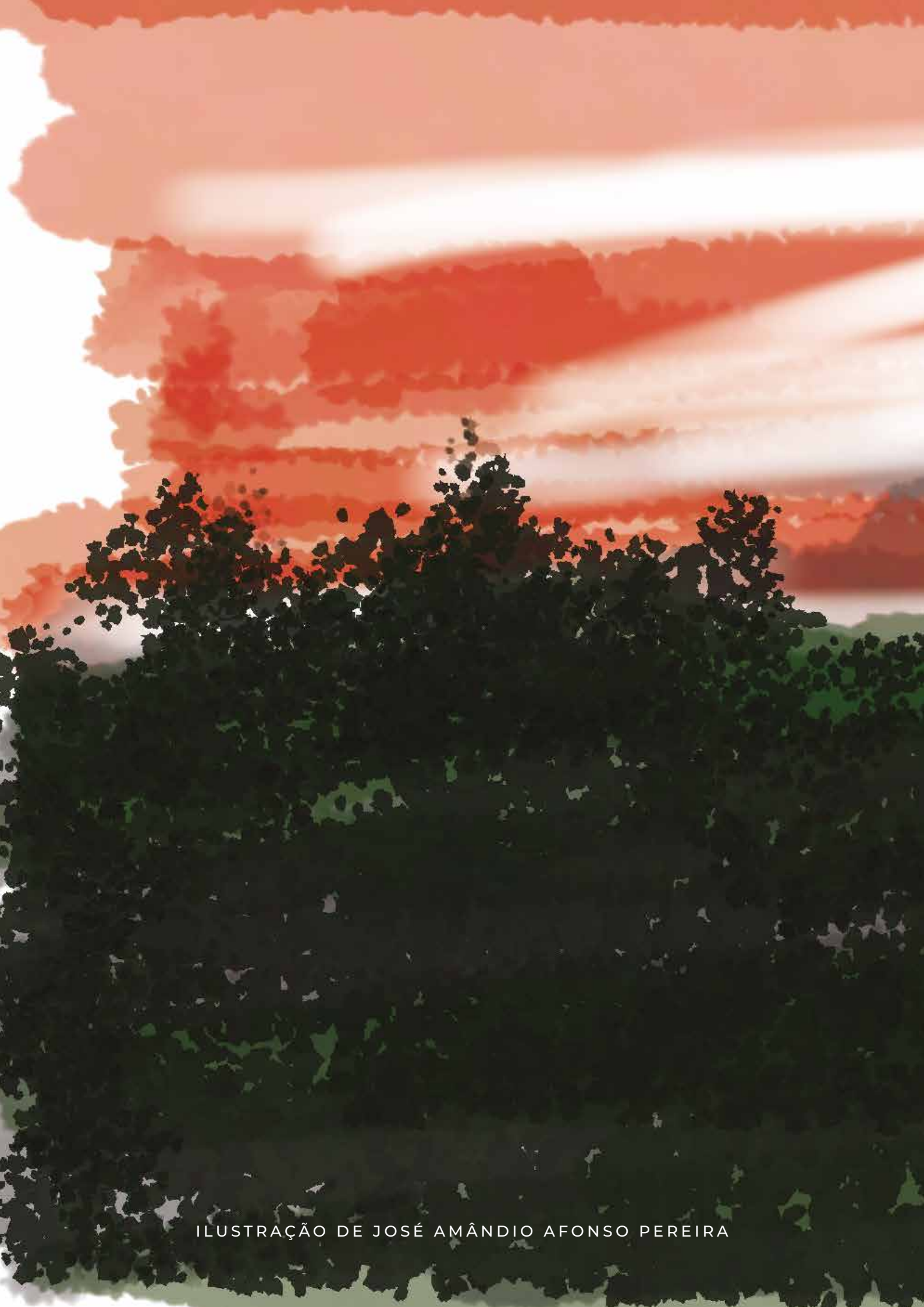


ILUSTRAÇÃO DE JOSÉ AMÂNDIO AFONSO PEREIRA